



SRCOM

SECÇÃO REGIONAL DO CENTRO
DA ORDEM DOS MÉDICOS

MD Centro

28^o

CONGRESSO
NACIONAL DA
ORDEM DOS
MÉDICOS

Um Rumo para a Saúde

MD EDITORIAL	
28º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos	3
MD EM FOCO	
28º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos	4
Sessão de abertura	6
SNS SUSTENTÁVEL	10
REFORMA DA GOVERNAÇÃO DO SNS	12
UM RUMO PARA A SAÚDE	14
CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS COMO BASE DO SISTEMA	16
SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRADO	18
LIDERANÇA MÉDICA	20
Medalhas de mérito distinguem 20 médicos	22
RUMO PARA A FORMAÇÃO MÉDICA	24
SOLIDARIEDADE ENTRE OS MÉDICOS	25
A PERSPETIVA DOS MÉDICOS PORTUGUESES SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA MÉDICA	26
AUTORREGULAÇÃO NUM MUNDO GLOBAL	28
RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE	30
SESSÃO DE ENCERRAMENTO	32
MD ENTREVISTA	
CARLOS CORTES - Bastonário	36
MD EM AÇÃO	
Compromisso Hipocrático destaca ética e humanismo médico	44
Newsletter nº25 do Gabinete de Investigação e Divulgação Científica	48
Nasceu o NUVEM: Núcleo Universitário de Voluntariado de Estudantes de Medicina da FMUC	50
MD CULTURA	
Cinco exposições: Arte, Cultura e Medicina	52
MD NOS MEDIA	
Clipping	54
"Saúde em Análise" na Rádio Regional do Centro	56
MD FORMAÇÃO	
EURACT, um dos cursos pré-congresso, em Coimbra	57
ACADEMIA OM	58
MD PATRIMÓNIO	
Quando se descobriu o princípio da vacinação...	60
MD OPINIÃO	
O Conselho Disciplinar Regional do Centro	62
MD HUMOR	
É só chamarem - Dra. Teresa Sousa Fernandes	64
MD BENEFÍCIOS	
	66

MD Centro

Revista da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos

Nº 27 • DEZEMBRO 2025

DIRETOR

Manuel Teixeira Veríssimo

DIRETORA-ADJUNTA

Carla Sofia Simões Pereira

EQUIPA REDATORIAL

Paula Carmo (Coordenadora Executiva)

Ana Filipa Martins da F. Soares Rodrigues

Raul Manuel Alves Barata

Rui Miguel Correia Pancas

Stéphanie Silva

Tiago Jorge da Silva Costa

PROPRIEDADE E ADMINISTRAÇÃO

Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos

Av. Dom Afonso Henriques, nº 39
3000-011 Coimbra

T.+ 351 239 792 920

E.omcentro@omcentro.com

/seccaocentroordemdemedicos

/ordemdosmedicos_srcom/

/OM_SRC

/SRCOMCOIMBRA

DEPÓSITO LEGAL

Nº 380674/14

PERIODICIDADE

TRIMESTRAL

DESIGN GRÁFICO

Creative Minds

Alameda dos Oceanos 61,
1990-208 Lisboa

geral@creative-minds.pt

www.creative-minds.pt

IMPRESSÃO

Nubia

PREÇO AVULSO

2,00€

Isento de registo no ISC nos termos do Nº 1, alínea A, do artigo 12, do Decreto Regulamentar Nº 8/99



Manuel Teixeira Veríssimo
Presidente da SRCOM

28º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos

A Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos teve a honra de acolher e organizar o 28º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos, tendo sido com enorme entusiasmo que recebemos o evento que representa o mais importante fórum de debate sobre o presente e o futuro da Medicina em Portugal.

Durante dois dias, Coimbra foi palco de reflexões, partilhas e propostas concretas para enfrentar os enormes desafios que se colocam ao nosso sistema de saúde na sua globalidade. Médicos, especialistas, investigadores e representantes institucionais estiveram reunidos na Sala D. Afonso Henriques do Convento São Francisco, num ambiente de diálogo, inovação e compromisso em torno do lema do congresso - "Um Rumo para a Saúde".

Este congresso constituiu uma oportunidade para reafirmar o papel central da Medicina como pilar fundamental da sociedade, para fortalecer laços profissionais dos médicos e também para construirmos, juntos, soluções que melhorem a saúde e coloquem o doente no centro dos cuidados.

Os Médicos e a sua Ordem serão sempre protagonistas na reforma da Saúde em Portugal.■

28º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos



“Um Rumo para a Saúde” foi o principal tema do 28.º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos, organizado este ano pela SRCOM, nos dias 28 e 29 de novembro. Manuel Teixeira Veríssimo presidente da SRCOM e presidente executivo do congresso, enalteceu o papel agregador do evento, reunindo médicos de diferentes especialidades, representantes institucionais, decisores políticos e

personalidades de muitos setores estruturantes da sociedade, num evento de formato híbrido. Foram dois dias de congresso com transmissão *streaming* a partir da Antiga Igreja do Convento São Francisco que juntou médicos, Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde (SNS), Infarmed, administrações hospitalares, IPO, academias médicas, ordens profissionais, sindicatos, associações e autarquias. ■

O 28.º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos constituiu um momento de particular relevância para a reflexão estratégica sobre o presente e o futuro da profissão médica em Portugal. O congresso afirmou-se como um espaço privilegiado de debate científico, ético e profissional.

Ao longo do evento, foram discutidos temas centrais para a prática médica contemporânea, incluindo a sustentabilidade do SNS, a valorização da carreira médica, a formação pré e pós-graduada, a inovação tecnológica na medicina e os desafios éticos decorrentes da evolução científica. A pluralidade de painéis e sessões permitiu uma análise abrangente das transformações em curso no setor da saúde, promovendo uma visão integrada e multidisciplinar.

O congresso destacou igualmente o papel da Ordem dos Médicos enquanto entidade reguladora e defensora da qualidade do ato médico, reforçando o seu compromisso com a excelência clínica, a segurança dos doentes e a dignidade profissional dos médicos. A participação ativa dos congressistas contribuiu para um debate vivo e construtivo, refletindo o empenho da classe médica na procura de soluções para os desafios atuais. ■



28 de NOVEMBRO

SESSÃO DE ABERTURA

A sessão de abertura contou com a presença de Carlos Cortes, Bastonário da Ordem dos Médicos; Manuel Teixeira Veríssimo, Presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos (SRCOM); José Torres da Costa, Presidente da Secção Regional do Norte (SRNOM); Paulo Simões, Presidente da Secção Regional do Sul (SRSOM); Francisco Rocha Gonçalves, Secretário de Estado da Gestão da Saúde; e Ana Abrunhosa, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra.



Na sua intervenção inicial, Manuel Teixeira Veríssimo deixou uma mensagem clara quanto ao caminho a seguir. Defendeu “um rumo que leve o SNS a responder às necessidades da população sem os constrangimentos que lhe conhecemos atualmente (...), em que as listas de espera para as consultas e cirurgias de algumas especialidades tenham resposta em tempo adequado, um rumo em que ao serviço de urgência apenas recorram os doentes urgentes e emergentes (...)”, sublinhando a importância do reforço da literacia em saúde como forma de reduzir acessos desnecessários às urgências hospitalares.

O presidente da SRCOM destacou que “para isso, é necessária uma reforma profunda do sistema trocando-se a habitual política dos pensos rápidos dos sucessivos governos, que muitas vezes tapam de um lado e destapam do outro, por uma estratégia de médio e longo prazo em que sejam introduzidas medidas estruturais capazes de levar o SNS a dar uma resposta satisfatória, duradoura e sustentável”. Manuel Teixeira Veríssimo elencou ainda os diversos temas-base das conferências do congresso, dando nota, a título de exemplo, da necessidade de um sistema de saúde integrado em que a base é o doente. Percorrendo todo o programa, o presidente executivo do congresso não deixou de destacar a parte cultural que, naquele espaço com forte memória histórica, as “cinco magníficas exposições” coordenadas e organizadas pelo Gabinete de Arte e Cultura da SRCOM.



Na mesma sessão inaugural, o Bastonário Carlos Cortes, também presidente do Congresso, salientou a singularidade histórica da Ordem dos Médicos, recordando que a instituição resultou da união de três associações médicas – Norte, Centro e Sul – e que no dia 29 assinalaria 87 anos de existência. Identificou os desafios que continuarão a mobilizar a Ordem a nível sub-regional, regional e nacional, reforçando a necessidade de defender a qualidade dos cuidados de saúde e a dignidade da profissão médica.

Carlos Cortes agradeceu a todos os médicos que asseguram cuidados de saúde em todo o país, sublinhando que existem “84 portas abertas nas urgências em Portugal”, mantidas

em funcionamento permanente graças ao trabalho dos médicos e de outros profissionais de saúde. Alertou ainda que “não há outro país da OCDE com o impacto e a pressão nas urgências como Portugal”, denunciando um modelo excessivamente centrado na urgência, que consome elevados recursos humanos e financeiros.

O Bastonário dirigiu também uma palavra de reconhecimento aos médicos dos cuidados de saúde primários, lamentando a “forte carga burocrática” que desvirtua a sua ação clínica e contribui para a sobrecarga destes profissionais. Aproveitou a ocasião para criticar publicamente a desvalorização, por parte do Ministério da Saúde, do papel do médico de família no

seguimento das grávidas, considerando esse caminho “profundamente errado”.

No seu discurso, Carlos Cortes enalteceu ainda o contributo dos médicos de saúde pública, fundamentais na prevenção, bem como dos médicos que exercem fora do Serviço Nacional de Saúde, em diferentes setores e ministérios. Sublinhou que foi graças ao esforço acumulado da classe médica que “com muito pouco, se criou o Serviço Nacional de Saúde”, tornando a sociedade mais coesa e colocando Portugal

O Bastonário identificou como principal problema do sistema a “falta de profissionais”, agravada pelo insuficiente investimento e pela perda de atratividade do SNS. Num discurso com tom firme, garantiu que “o ato médico não sairá da agenda enquanto não for resolvido”, sublinhando tratar-se de uma exigência não apenas dos médicos, mas sobretudo das pessoas e da sua saúde. Reafirmou ainda que não aceitará que seja posta em causa a qualidade da medicina nem o direito à saúde de todos, com equidade e justiça.



entre os melhores países em indicadores como a mortalidade infantil. Resultados que, frisou, foram alcançados por todos estes médicos, a verdadeira “força motriz do Serviço Nacional de Saúde”.

A sessão de abertura, marcada por intervenções consistentes e por uma visão partilhada para o futuro, confirmou este Congresso como um espaço central de reflexão e debate sobre os caminhos da saúde em Portugal, em plena consonância com o lema desta edição: “Um



Rumo para a Saúde”. Foram intervenientes também o Secretário de Estado da Gestão da Saúde e a presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Ana Abrunhosa. A autarca, em início de mandato, elencou vários projetos nesta área para o concelho.

Perante representantes da academia, das escolas médicas, das associações profissionais, de sindicatos, de associações de estudantes, dirigentes do sistema nacional de saúde e médicos, o governante deixou a nota de concretização da promessa de colocar o doente no centro do sistema de saúde, destacando o papel que a Ordem dos Médicos assume na sociedade. Falando em representação da ministra da Saúde, Ana Paula Martins, o secretário de Estado afirmou que “o Governo,

o Ministério da Saúde, a equipa que aqui represento, tem por objetivo dar as melhores e mais efetivas respostas, garantir cuidados de saúde de qualidade e assegurar que estes cuidados são equitativos através de todo o território nacional”.

(Re)veja a sessão de abertura:



SNS SUSTENTÁVEL



A sessão “SNS Sustentável”, que abriu o 28.º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos, reuniu especialistas para debater governança, desafios estratégicos e gestão hospitalar no Serviço Nacional de Saúde (SNS). Esta sessão foi presidida por Joaquim Neto Murta, Professor Catedrático de Oftalmologia da Universidade de Coimbra e moderada por João Mariano Pego, presidente do Colégio de Especialidade de Patologia Clínica da Ordem dos Médicos.

Alexandre Lourenço, da ULS de Coimbra e ex-presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH), colocou o enfoque da sua intervenção na necessidade de reforçar a governança e a modernização organizacional como pilares da sustentabilidade do SNS. Defendeu uma reorganização hospitalar orientada para funções mais

complexas, centradas na prevenção e nos estilos de vida, e enquadrar o modelo de prestação de cuidados assentes em percursos clínicos integrados e com recurso à monitorização remota. Destacou ainda o potencial da articulação com os municípios e sublinhou que a liderança clínica e o envolvimento das equipas são determinantes para assegurar acesso e qualidade nos cuidados de saúde.

Fernando Leal da Costa, ex-secretário de Estado da Saúde, abordou, por seu turno, os desafios políticos e estratégicos do SNS, salientando a importância de combater o desperdício e reduzir a carga de doença como fatores críticos para a sua sustentabilidade. Defendeu uma aposta na prevenção terciária atempada, na avaliação sistemática de resultados através de sistemas de informação interoperáveis e na eficiência diagnóstica.

Enfatizou, igualmente, a necessidade de princípios de governação clínica assentes na efetividade, na prestação de contas e na melhoria contínua.

Por sua vez, Maria João Baptista, presidente do Conselho de Administração da ULS de São João (Porto), destacou o papel central dos profissionais de saúde – em particular dos médicos – na garantia do acesso, da qualidade, da segurança e da humanização dos cuidados. Defendeu uma gestão hospitalar baseada em evidência e orientada para o valor, a otimização de processos e a integração efetiva entre cuidados de saúde primários, hospitalares e de

saúde pública. Sublinhou ainda a importância do reforço da literacia em Saúde, tanto dos utentes como dos profissionais, como fator essencial para melhores resultados em Saúde e a redução do desperdício.■

(Re)veja a
sessão aqui:



REFORMA DA GOVERNAÇÃO DO SNS



A sessão dedicada à Reforma da Governação do SNS teve como presidente Manuel Teixeira Veríssimo e como moderador Henrique Cabral, tendo-se centrado nos modelos de governação, na eficiência da decisão em saúde, na autonomia hospitalar e na responsabilidade institucional, bem como na necessidade de uma visão estratégica para as políticas públicas.

Álvaro Almeida defendeu que o SNS deve assegurar resultados equitativos para todos os doentes, sublinhando, contudo, que equidade não significa tratar todos da mesma forma, uma vez que cada pessoa parte de condições diferentes. Salientou que uma boa governação exige uma gestão capaz de refletir essa diversidade e destacou as virtudes do modelo de financiamento por capitação, por este incentivar uma utilização mais eficiente dos recursos orientada para resultados. Alertou, no entanto, que este modelo não pode ser

aplicado de forma uniforme em todo o SNS, afirmando que “para sermos equitativos nos resultados, é necessária uma diferenciação de meios que permita garantir resultados iguais”.



lógica de rede e alinhada com as políticas e diretivas governamentais.

Por sua vez, Adalberto Campos Fernandes salientou que o financiamento do SNS deve ter em conta fatores demográficos, como o envelhecimento da população, a carga de doença e os custos associados, alertando para o risco de criação de novas estruturas sem uma avaliação prévia da sua utilidade. Lamentou ainda que o registo de saúde eletrónico não esteja, até ao momento, plenamente implementado.■

Xavier Barreto enfatizou a importância da autonomia hospitalar como fator de agilidade, motivação e compromisso com os resultados, alertando simultaneamente para a necessidade de definir parâmetros claros. Defendeu que a autonomia deve abranger a nomeação das lideranças, a gestão de recursos humanos e a gestão de compras, sempre enquadrada numa

(Re)veja esta sessão, aqui:



UM RUMO PARA A SAÚDE



Na sessão dedicada ao projeto “Rumo para a Saúde”, iniciado pela Ordem dos Médicos em 2024, Luís Cunha Miranda, tesoureiro do Conselho Nacional, apresentou-o como “uma oportunidade única de participação cívica de todos os médicos” na construção do futuro do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Um futuro que, sublinhou, deve recentrar o sistema no doente, no seu percurso assistencial e no papel basilar dos médicos e da sua liderança.

A centralidade da liderança médica no novo rumo da saúde esteve, aliás, em consonância com uma das reflexões unânimes deste Congresso Nacional: sem médicos não há

sistema de saúde, nem é possível evoluir. “O maior contributo dos médicos tem de ser o de ‘fazer a diferença’ na resolução dos problemas da saúde, criando um SNS 2.0”, resumiu o também coordenador do Observatório do Ato Médico da Ordem dos Médicos.

O projeto “Rumo para a Saúde” pretende reposicionar os médicos, rever carreiras, reduzir burocracia, recolher dados de médicos e população e construir propostas estruturadas para um “SNS 2.0” centrado no doente e na liderança médica. Conclui reivindicando participação ativa dos médicos e equidade no acesso.

Reconhecendo as dificuldades atuais e a ausência de uma visão integrada do sistema, Luís Cunha Miranda enquadró o trabalho que está a ser desenvolvido pela Ordem dos Médicos, que, em breve, entrará numa fase de debate alargado e aberta a todos os médicos – e a outros agentes da saúde – que queiram contribuir para esta reflexão essencial. “Provavelmente, esta é a última oportunidade de salvar um Serviço Nacional de Saúde universal, humanista e centrado no vínculo frágil que é a relação médico-doente”, alertou.■

Para (re)ver
esta sessão,
poderá
assistir aqui:



CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS COMO BASE DO SISTEMA



A sessão, moderada pela vice-presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, Inês Rosendo, presidente da mesa, reuniu vários especialistas que apresentaram diferentes perspetivas sobre os Cuidados de Saúde Primários (CSP).

Nuno Jacinto, presidente da Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar e Assistente Graduado Sénior na ULS do Alentejo Central, salientou a importância de afirmar a Medicina Geral e Familiar (MGF) no sistema de saúde, defendendo a necessidade de um rumo claro e sublinhando que cabe aos médicos contribuir ativamente para a sua definição. Não deixou, no entanto, de abordar as dificuldades em reter os médicos de família no Serviço Nacional de Saúde. “Temos agora problemas à entrada da especialidade e problemas à saída”, apontou, uma vez que há médicos que já não escolhem esta especialidade (vagas desertas no concurso do ano passado) e, noutro quadrante, quando já terminam a especialidade muitos

acabam por não escolher exercer na profissão no setor público. “Continuamos a insistir em velhas receitas para velhos problemas”, criticou.

Por seu turno, Paula Broeiro, Presidente do Colégio da Especialidade de MGF e Assistente Graduada Sénior na ULS de São José, destacou, por sua vez, que o sistema de saúde deve recentrar-se nos centros de saúde, condição essencial para assegurar cuidados de proximidade, continuidade e globalidade. Explicou que o modelo da MGF, assente numa abordagem biopsicossocial, permite uma intervenção integrada e ajustada à complexidade de cada pessoa, reforçando o acesso aos cuidados e promovendo um acompanhamento mais completo e de maior qualidade para a comunidade. “O que nos diferencia é a proximidade, a continuidade de cuidados, a longitudinalidade de cuidados, a globalidade psicossocial e a complexidade, visando o bem comum e a justiça social”.

Luís Pisco, Assistente Graduado Sénior de MGF e ex-Presidente da ARS Lisboa e Vale do Tejo, enquadrou a sua intervenção no debate sobre modelos organizacionais e contratualização em CSP, referindo que “ganhámos a batalha da longevidade, mas não a da qualidade de vida”. Ao abordar a integração e a proximidade de cuidados, Luís Pisco falou sobre as ULS, dando nota de que este modelo tenta colocar o ênfase na prevenção da doença e promoção da saúde, não apenas no tratamento da doença, aludindo que a transformação requerida é profunda e “implica alterações de cultura, de processos, de equipas, de governança”, lembrando, aliás, em zonas mais periféricas ou de baixa densidade possa levar a desafios acrescidos tais como a falta de profissionais, falta de acesso e falta de infraestruturas. Luís Pisco anotou, no entanto, que os CSP têm evoluído muito nas últimas décadas em vários domínios tendo em vista a qualidade assistencial.

No domínio da inovação e da integração de cuidados, Catarina Matias, Secretária Geral da UEMO e Assistente Graduada de MGF, médica de família na ULS Coimbra Centro, defendeu um financiamento orientado para resultados efetivos, em detrimento da excessiva burocracia, sublinhando ainda a necessidade de alcançar uma interoperabilidade plena dos sistemas de informação, como forma de reduzir entraves administrativos. “Os CSP são a prova de fogo da maturidade da democracia de um país, onde os CSP falham, falha a justiça, falha a equidade,

falha o próprio sistema. O estado dos CSP não é uma questão técnica, é uma questão política e é uma questão moral”, frisou. Defendeu “a melhoria no acesso e a reorganização de equipas e a integração de novos modelos de cuidados bem como o uso de tecnologia que amplia a prática clínica sempre integrados numa cultura de aprendizagem contínua e liderança distribuída”. A integração de cuidados, frisou, “deve ser sempre centrada na pessoa”. Concluiu: “A inovação sem humanismo é vazia, o humanismo sem inovação fica aquém”. A também Assistente Convidada de MGF na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra foi facilitadora no Curso Euract (pré-congresso) e destacou a forte adesão de colegas, incluindo os da área hospitalar.

Em síntese e de forma consensual todos os participantes reforçaram o papel central dos Cuidados de Saúde Primários enquanto pilar de uma Medicina centrada na pessoa, capaz de responder de forma eficaz e sustentável às necessidades das comunidades. ■

Para (re)ver
esta sessão,
poderá
assistir aqui:



SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRADO



Esta sessão – sob a presidência de José Torres da Costa, presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos (SRNOM), e a moderação de Fernanda Estevinho, vice-presidente da SRNOM – centrou-se no debate sobre o Sistema Nacional de Saúde Integrado, defendendo uma articulação efetiva entre os setores público, privado e social. Foram destacados como pilares fundamentais a integração plena dos dados clínicos, a adoção de registos eletrónicos estruturados, a interoperabilidade entre sistemas e a utilização de dados orientada para a criação de valor em saúde.

“Depois de termos ouvido as três mesas anteriores a abordar problemas, esta trará a solução: havendo uma realidade em que o SNS está isolado por si e havendo outras formas de

prestar cuidados de saúde à população, porque não ter um sistema que possa integrar todos os prestadores de forma articulada?”, questionou o dirigente.

António Carneiro, diretor Clínico do Hospital da Luz Arrábida, abordou as vantagens clínicas deste modelo, sublinhando a necessidade de ontologias e *dashboards* de apoio à decisão.

O internista e intensivista trabalhou em exclusivo até 2010 no SNS mas nessa data alterou o seu percurso e agora trabalha em exclusividade no setor privado. Ao abordar as vantagens do sistema integrado, lembrou quatro tópicos de análise: vantagens para o cidadão; para os gestores/pagadores/auditores; para a atividade clínica e a condição “sine qua non”. Sobre esta última disse: “Os recursos



humanos são elemento central do sistema pelo que é necessário a valorização contínua do capital humano com vista à promoção da motivação, à retenção do talento, à melhoria contínua da qualidade dos serviços, ao aumento da produtividade, ao fortalecimento da cultura organizacional (...), estando também preparados para “a mudança acelerada que se avizinha”.

Graça Canto Moniz, coordenadora do Observatório da Proteção de Dados Pessoais da Noca School of Law, analisou o novo enquadramento europeu para os dados em saúde, bem como os desafios associados à confidencialidade e proteção da informação. Ao contextualizar esta temática, recordou, aliás que é de tal modo importante que tem respaldo no texto do Juramento de Hipócrates.

Jorge Amil, vice-presidente da Mesa da Assembleia de Representantes da Ordem dos Médicos, destacou, por sua vez, os problemas de redundância, a importância da pediatria e da prevenção, e a necessidade de unificação da informação clínica. O debate final incidiu sobre o papel da Medicina Geral e Familiar na saúde infantil.■

Para (re)ver
esta sessão,
poderá
assistir aqui:



LIDERANÇA MÉDICA



Com dois oradores *online*, Paula Alves, Diretora do Serviço de Radioncologia do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil Martins, de Coimbra e Miguel Castelo Branco, presidente da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior e também presidente do Conselho Subregional de Castelo Branco da OM, participou por via telemática nesta conferência que foi presidida por Anabela Pereira, vogal do Conselho Regional do Centro da Ordem dos Médicos, com a moderação do secretário do mesmo órgão, Henrique Cabral.

“A liderança é, na minha opinião, inerente à atividade médica desde os primórdios da prática da Medicina e tem enfrentado algumas dificuldades nos últimos anos”, afirmou Anabela Pereira, logo no início, ao dar início à conferência.

Esta sessão, dedicada à liderança médica, abordou temas como a liderança institucional, a gestão de equipas em contexto hospitalar, a cultura de segurança, as competências não clínicas, a gestão de conflitos, a inovação, a utilização de dados clínicos, a governação profissional e o papel da voz médica na definição

de políticas públicas. As diferentes intervenções centraram-se nos desafios atuais da liderança em saúde, salientando a necessidade de formação específica, o envolvimento ativo dos profissionais, a promoção da autonomia, o trabalho interdisciplinar e a responsabilidade dos médicos na influência e participação no processo político.

Miguel Castelo Branco salientou que a liderança e a gestão constituem desafios permanentes, sublinhando que, na prática, o que frequentemente se observa são equipas altamente dedicadas a operar sob pressões constantes. A seu ver, “o impacto da liderança na prática clínica é muito importante, envolve a gestão de equipas e processos (não apenas competências clínicas), promove a segurança com vista à redução de erros e à melhoria de eficiência operacional e dá apoio ao suporte emocional”. Acentuou ainda que “liderar é cuidar das pessoas que cuidam dos doentes”, acrescentando que “o líder é a ponte entre a equipa e a instituição”.

Maria do Céu Machado, Professora Catedrática Jubilada da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, abordou a voz dos médicos na definição das políticas de saúde e fez logo no início a menção ao seu curso médico que foi impulsionador do Serviço Médico à Periferia em 1975 e que, hoje, muitos consideram ser o embrião do Serviço Nacional de Saúde. Lembrou, ainda, o papel dos médicos na implementação dos programas de Saúde

Materno-Infantil. Sobre os mecanismos de participação e influência, destacou a Ordem, os sindicatos, as associações e sociedades científicas, a gestão clínica, a intervenção individual e a participação nos meios de comunicação social. “A voz dos médicos na definição de políticas de saúde é essencial e imprescindível, mas depende de todos nós”, concluiu.

Paula Alves destacou alguns pilares essenciais da liderança clínica, reconheceu as competências



técnicas e comportamentais para o exercício da liderança, reconheceu os obstáculos existentes e as estratégias de superação, estabeleceu a relação com a governação profissional e apresentou conclusões. Afirmou: “Num ambiente social cada vez mais complexo, as instituições precisam de médicos que saibam liderar pessoas, processos e práticas, mantendo o indivíduo doente como centro do cuidado”.

Na fase de perguntas dos congressistas, o cirurgião cardiotorácico Manuel Antunes lembrou que um dos detalhes do sucesso dos centros de responsabilidade integrada é a autonomia, condição que considera fundamental para exercer liderança, apontando, por outro lado, a inexistência do tema da liderança nos *curricula* dos cursos médicos em Portugal.■

Para (re)ver esta sessão na íntegra, poderá assistir aqui:



Medalhas de mérito distinguem 20 médicos

Ordem dos Médicos do Centro presta homenagem a Américo Figueiredo, Guilherme Pego, Helena Saldanha e Marques Neves

Um dos momentos mais marcantes do 28º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos, em Coimbra, foi a Cerimónia de Entrega das Medalhas de Mérito. A entrega das medalhas simboliza o reconhecimento da Ordem dos Médicos a profissionais que marcaram a Medicina com excelência, ética e compromisso social. Foi um momento de celebração da carreira e da dedicação destes médicos, inspirando as novas gerações a seguir o mesmo caminho de serviço e inovação.

O primeiro dia de trabalhos do 28º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos, a 28 de novembro, terminou com uma sessão de homenagem a 20 médicos que foram distinguidos com a Medalha de Mérito, em reconhecimento do relevante contributo do seu percurso na melhoria da Saúde em Portugal.

Os médicos Américo Figueiredo (Dermatologia), Guilherme Mariano Pego (Cardiologia), Helena Saldanha (Medicina Interna) e Marques Neves (Saúde Pública) – inscritos na Ordem dos Médicos do Centro – foram homenageados pela dedicação, competência e notoriedade do trabalho realizado ao longo das suas carreiras.

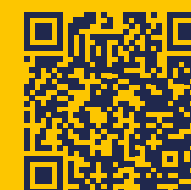
O Bastonário e os Presidentes dos Conselhos Regionais da Ordem dos Médicos sublinharam a dedicação e o empenho das personalidades homenageadas no exercício da Medicina. O reconhecimento foi expresso através de breves mensagens em formato de vídeo, culminando na participação de todos na cerimónia de entrega das Medalhas de Mérito.

“Esta medalha simboliza o reconhecimento de uma classe profissional e da comunidade, não apenas pelos êxitos técnicos e científicos, mas também pela dimensão ética e humana que cada um dos homenageados trouxe a esta arte milenar. São colegas de elevado mérito e reconhecida capacidade técnica, e que muito orgulham a Medicina Portuguesa”, sublinhou, em nota enviada à imprensa, o presidente da SRCOM, Manuel Teixeira Veríssimo, que é também o Presidente Executivo do 28º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos.

Parabéns a todo(a)s!



Ver a cerimónia, aqui:



Ver o livro das medalhas, aqui:



29 de NOVEMBRO

RUMO PARA A FORMAÇÃO MÉDICA

Esta sessão foi dedicada a diversos temas: formação médica baseada em evidência; desafios da gestão do Internato Médico; perspectiva europeia da formação médica e sobre o que é ser médico interno e recém-especialista em Portugal.

Nesta conferência, Juliana Sá, membro da Associação *Medical Education for Europe*, defendeu mudança urgente: ensino baseado no trabalho, avaliação estruturada, supervisores formados e as vantagens da formação baseada em competências.

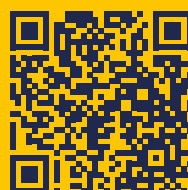
Nuno Fernandes, diretor do Internato Médico da ULS Região de Aveiro, abordou os desafios da gestão do internato, múltiplos intervenientes, avaliação contínua e transição para *Competence-Based Medical Education*. A seu ver, a informatização do percurso do médico interno é crucial.

Por seu turno, David Berhanu, membro da direção do *European Junior Doctors* (organização que representa 26 países) e que esteve presente online, apresentou a visão europeia sobre a 'fragilidade' dos internos, necessidade de orientadores com tempo protegido e infraestruturas adequadas. Inês Moreira, membro do Gabinete de Formação Médica da SRCOM e recém-especialista em Medicina Geral e Familiar, refletiu sobre a experiência do seu internato e eventual futuro enquanto orientadora de formação.

No debate final foi abordada a Prova Nacional de Acesso, avaliação 360º, condições de trabalho, idoneidade formativa, *mentoring*, impacto das ULS e necessidade de sistemas informáticos robustos, úteis e pragmáticos, nomeadamente uma plataforma para gerir o percurso de milhares de médicos internos. Esta sessão foi presidida por José Rodrigues, membro do Conselho Nacional do Médico Interno, e contou com a moderação de João Nunes, membro deste mesmo órgão.■



Ver a
cerimónia, aqui:



SOLIDARIEDADE ENTRE OS MÉDICOS

Cada história tem sempre um testemunho de resiliência e esperança. O tema desta conferência abordou a solidariedade. Com a arte da escrita, entre as restantes que o Fundo de Solidariedade da Ordem dos Médicos nos mostrou numa das exposições patentes neste congresso, percebemos que é possível transformar dor em inspiração e memória, em força e compaixão.

A sessão abordou a solidariedade na Medicina, com a apresentação do Fundo de Solidariedade da Ordem dos Médicos por parte do seu presidente, Luís Campos Pinheiro, destacando-se apoio a médicos em extrema pobreza, doença psiquiátrica, incapacidade e filhos órfãos. O escritor Pedro Chagas Freitas partilhou um testemunho emocional sobre meses vividos em hospitais, na relação entre pai (ele) e o filho, sublinhando empatia verdadeira, delicadeza, importância da alegria e do estar presente no sofrimento.

Pedro Chagas Freitas alertou para a prevenção da falsa empatia, "porque ter pena não é ser empático". E deixou algumas ideias sobre o que é realmente importante numa situação de fragilidade, partilhando como, durante a doença do filho, recorreu ao humor para lidar com o medo: "A piada tira-nos do medo. Nos segundos em que estou a fazer uma piada não há espaço para medo. São esses segundos que nos fazem sobreviver".

Aos médicos, o escritor agradeceu a forma como procuram soluções. Porque, até "no meio

do caos do bloco é possível ser humano", disse.

Vou estar no Congresso para agradecer à ciência, aos médicos, ao Pediátrico de Coimbra: foi lá que nasceu uma segunda família. Vou partilhar aquilo que tenho para dar: a nossa experiência, a nossa dor, a nossa alegria extrema no interior profundo daqueles corredores, daqueles quartos." (...), dissera Pedro Chagas Freitas, na véspera da conferência, na sua página de Facebook.

De facto, assim foi: Um testemunho emotivo que enaltece a importância da ciência e da humanização.

A sessão encerrou com reforço do papel do Fundo. No congresso foi oferecido o livro "Cinco histórias de vida" que relata exemplos do trabalho do Fundo.■



Ver a
conferência, aqui:



A PERSPETIVA DOS MÉDICOS PORTUGUESES SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA MÉDICA

Na sessão dedicada à apresentação do estudo do Conselho Nacional Consultivo sobre a carreira médica, a presidente desta conferência, Maria dos Prazeres Francisco destacou a importância da carreira médica assumindo que “é o que nos vai dar a possibilidade de inter pares sermos reconhecidos pelo trabalho que fazemos”. Na opinião da também presidente do Conselho Subregional de Coimbra da Ordem dos Médicos “tal tem, igualmente, um reflexo enorme na população em geral e na saúde pública”.

Na sua intervenção, Guida da Ponte, membro do Conselho Nacional Consultivo para o SNS e da Carreira Médica da OM, começou por fazer uma contextualização histórica, recordando o “Relatório das Carreiras Médicas” publicado em 1961, cujo relator principal foi o Professor Miller Guerra.

Em seguida, explanou os resultados do estudo transversal que deu título a esta sessão, expondo o enquadramento histórico, metodologia e resultados que foram publicados na revista científica da OM, a Acta Médica Portuguesa (AMP):

Em resumo, na introdução do estudo que foi publicado na AMP assume-se que “A

carreira médica (CM) tem sido, em Portugal, um pilar e uma garantia de qualidade na organização e prestação de cuidados de saúde. Atualmente, é constituída por dois níveis e três categorias, sendo a progressão possível por duas vias, ambas relacionadas com o sistema remuneratório. Contudo, assistimos atualmente a uma preocupante estagnação na progressão da carreira dos médicos em Portugal. O principal objetivo deste estudo foi avaliar a perceção, a opinião e os desafios relacionados com a CM em Portugal”. Para tal, foi “aplicado um questionário a médicos inscritos na Ordem dos Médicos (n = 61 317) entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025 e foram realizadas análises quantitativas e qualitativas”.

Guida da Ponte explicou os resultados: “Obteve-se uma taxa de resposta de 9,36% (5743 médicos). A maioria dos médicos tinha entre 30 e 40 anos, era do sexo feminino, ocupava a categoria de médico assistente sénior, trabalhava no setor público e em especialidades hospitalares. Houve consenso ao assumir que a carreira Médica contribui para a qualidade dos cuidados de saúde (91,45%), a necessidade de reestruturação da carreira (87,57%), o internato médico deve fazer parte da carreira Médica

(92,58%) tal como já fez parte no passado na legislação e 1982, a carreira deve ser transversal a todos os médicos independentemente do setor de atividade (78,1%) e a associação da progressão na carreira deve estar associada à progressão remuneratória (95,86%). A maioria dos médicos considerou que a carreira deveria ter mais graus além dos atuais (55,63%).”

Conclusão: Os resultados corroboram a perceção da importância da Classe Médica para a qualidade dos cuidados prestados. Existe consenso entre os médicos quanto à necessidade de reestruturação da Classe Médica, com propostas como a reintegração do programa de internato médico e a criação de novos níveis técnico-científicos. Embora a maioria dos médicos que responderam ao questionário trabalhe no setor público, houve um consenso claro sobre a natureza intersectorial da Classe Médica. No entanto, a implementação desta natureza intersectorial revela-se um desafio, especialmente quando combinada com o consenso de que a progressão na carreira deve sempre envolver um aumento salarial, o que é crucial para o reconhecimento do trabalho médico.

No debate a que se seguiu, abordaram-se inúmeros temas: concursos, atrasos, grelhas obsoletas, falta de transparência, escassez de vagas para o grau de graduado sénior, bem como a necessária valorização da prática assistencial e impacto na qualidade dos cuidados.■



Ver a
conferência, aqui:



AUTORREGULAÇÃO NUM MUNDO GLOBAL



Na sessão presidida pelo presidente da Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos, Paulo Simões, e moderada pela vice-presidente da mesma Secção, Filipa Lança, coube a André Dias Pereira, diretor do Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e vice-presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, analisar a nova Lei das Ordens Profissionais de 2023 (Lei n.º 12/2023). Na sua intervenção, destacou críticas históricas dirigidas a estas entidades em Portugal, bem como limitações do novo estatuto, riscos para a sua autonomia e desafios relevantes, nomeadamente a imposição do provedor, a integração de membros externos nos órgãos disciplinares e

a sustentabilidade económica das ordens de menor dimensão.

No enquadramento do tema-base da conferência, Paulo Simões recuou à década de 1970, evocando as polémicas académicas em torno da verdadeira representatividade das associações profissionais, e aos finais da década de 1990, período marcado pelas dificuldades enfrentadas pelas ordens profissionais, à luz do relatório sobre o erro médico nos Estados Unidos da América e do caso Bristol, no Reino Unido. “Passaram-se muitos anos e, em Portugal, temos vindo a assistir, de forma gradual, a uma retirada de funções. A alteração dos estatutos coloca o dedo na ferida daquilo

que é o pensamento europeu”, sublinhou. Acrescentou ainda: “Se somarmos esta realidade aos desafios que o século XXI nos coloca – como a saúde digital, a inteligência artificial e a telemedicina –, encontramos um conjunto de questões que nos leva a refletir qual será o papel da Ordem dos Médicos neste futuro global”.

Após abordar o processo legislativo e o respetivo enquadramento histórico, André Dias Pereira sintetizou os principais argumentos a favor e contra a atual modificação legislativa. Entre os aspetos positivos, destacou a promoção da transparência, a democratização, a redução de barreiras no acesso às profissões e a proteção dos estagiários. Do lado das críticas, referiu a perda de autonomia das ordens, os riscos para a qualidade da regulação profissional, dificuldades práticas de implementação e a insuficiência de diálogo no processo. Recordou ainda que “em Portugal existem 20 ordens profissionais que regulam a atividade de cerca de 430 mil profissionais, o que corresponde a aproximadamente 10% da população ativa”.

Por seu turno, Henrique Martins, médico e professor universitário, doutorado em Gestão e com um mestrado em direito administrativo, e que foi durante sete anos presidente dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), abordou inúmeras interessantes temas tais como *digital therapeutics*, cibersegurança

e desafios da regulação híbrida (ordem-regulador–infraestrutura tecnológica), a decisão médica apoiada pelas ferramentas da Inteligência Artificial e os desafios da Ética. Lançou uma pergunta para todos: “Somos nós capazes de fazer hoje à tarde um *workshop* e responder a esta pergunta: em que ano da formação de um médico é bom ter acesso a certo tipo de ferramentas e em que anos é mau porque pode prejudicar?”. Na sua opinião, os médicos devem “ganhar competências críticas nesta área”. Por outro lado, diz que a regulação é mista: entre a OM, a Entidade Reguladora da Saúde e o Infarmed – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde. Abordou ainda *digital therapeutics*, cibersegurança e desafios da regulação híbrida (ordem-regulador–infraestrutura tecnológica). Na parte do debate foi abordada a maturidade digital da Europa, a responsabilidade em atos transfronteiriços, a integração da Inteligência Artificial na formação médica e o equilíbrio entre teleconsulta e proximidade clínica.■

Ver a
conferência, aqui:



RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE

Mesa dedicada ao planeamento estratégico dos recursos humanos em saúde, abordando os desafios da atratividade, da articulação público-privado e da prevenção do *burnout*.

Com moderação de Ana Sofia Cabral, Vogal do Conselho Regional do Centro da Ordem dos Médicos, a psiquiatra apresenta aos congressistas a mesa sobre planeamento estratégico, gestão de recursos humanos e 5 medidas para prevenir *burnout*, numa sessão presidida por José Luís Biscaia (ex-subdiretor-geral de Saúde) que apresentou todos os oradores: Fernando Pereira (membro da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde / DE-SNS), Isabel Vaz (CEO Luz Saúde) e o médico psiquiatra Pedro Afonso (*online*).

O economista e administrador hospitalar Fernando Miguel Pereira (DE-SNS) analisou os principais desafios futuros do setor, para daqui a cinco, 10 ou 15 anos, com destaque para o envelhecimento da força de trabalho, a escassez global de profissionais, os limites da eficiência organizacional e o impacto das novas tecnologias. “Em Saúde, a gestão de recursos humanos, significa ter exatamente o número de profissionais que precisamos com as competências e as qualificações, no local certo e na altura certa para prestar os serviços para as pessoas que mais precisam”, sublinha, dizendo que este é o grande desafio com o contexto citado anteriormente. Concluindo: “é necessário aumentar a atratividade dos empregos de saúde; reter mais e por mais tempo, melhorando

a qualidade do emprego; inovar na prestação de cuidados para uma utilização mais eficiente dos Recursos Humanos e das tecnologias”.

Isabel Vaz, do Grupo Luz Saúde (já com 34 unidades de norte a sul do País), apresentou a perspetiva do setor privado, sublinhando a organização dos cuidados, a integração digital, a especialização, a pressão demográfica, o papel da inteligência artificial (cujo “poder é esmagador na história da humanidade” e os riscos associados a percursos profissionais indiferenciados. Isabel Vaz chamou a atenção para o perfil etários dos médicos, “uma bomba-relógio” para o sistema de saúde, designadamente nas especialidades de MGF, pediatria, ginecologia-obstetrícia e medicina interna.



Pedro Afonso, médico psiquiatra e professor na AESE – Business School, apresentou um es-

tudo que identifica cinco medidas eficazes na prevenção do *burnout*: valorização profissional, adoção de modelos de trabalho híbridos, reforço da cooperação e da comunicação, redução da pressão laboral e consagração do direito a desligar. “A saúde mental tem vindo a assumir um papel importante nas organizações”, sublinhou. Falando de *burnout*, lembrou que não é uma doença, mas um fenómeno desadaptativo e que está ligado ao ambiente de trabalho”, fazendo ainda notar que, quando existe, provoca uma “diminuição de concentração” e “alterações cognitivas”, e que “começa com irritabilidade, uma baixa tolerância à frustração” e começam a surgir conflitos interpessoais. Na sua opinião, “nas instituições de saúde, a saúde mental não se promove pedindo apenas resiliência aos médicos, mas libertando-os do peso do próprio sistema que os faz adoecer”.

O debate final incidiu sobre vários temas, designadamente a necessidade de maior previsibilidade, a governação do SNS, a autonomia das ULS, a liderança clínica e as fragilidades estruturais das carreiras profissionais.■

Ver a
conferência, aqui:



À guisa de resumo, ao longo de dois intensos dias, o 28.º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos reafirmou, pois, a importância do diálogo, do conhecimento científico e da responsabilidade ética como pilares fundamentais para o fortalecimento da Medicina em Portugal e para a construção de um sistema de Saúde mais justo, eficiente e centrado nas pessoas.

Sob o mote “Um Rumo para o Futuro”, reuniu médicos, especialistas e representantes institucionais e promete ser um momento relevante para o debate sobre o futuro da Saúde em Portugal, na Sala D. Afonso Henriques no Convento São Francisco e online. Nos intervalos, com momentos de descontração e convívio, foi possível apreciar as obras de arte que estiveram patentes nas laterais desta magnífica Sala (ver página 52). Para quem assistiu através do *streaming*, as exposições estiveram também disponíveis *online* no site do congresso.

Neste congresso, foram lançadas duas importantes iniciativas da Ordem dos Médicos:

A Academia OM (<https://www.youtube.com/watch?v=sLI6g8eYFZA>) e **a Mediação OM** (<https://www.youtube.com/watch?v=oXyNH4G80HU>)

SESSÃO DE ENCERRAMENTO



A sessão de encerramento destacou o balanço positivo do congresso, a qualidade científica das mesas e a articulação entre arte, cultura e Medicina. Manuel Teixeira Veríssimo, presidente executivo deste evento, agradeceu às equipas envolvidas, secções regionais e parceiros, reforçando a necessidade de mudar o SNS e o valor da multidisciplinaridade.

O Bastonário enalteceu o espírito de equipa, a liderança médica, a missão cívica da Ordem dos Médicos e o compromisso em contribuir para um “rumo para a saúde”. Carlos Cortes começou por expressar um reconhecimento claro e sentido à organização exemplar deste congresso, conduzida por Manuel Teixeira Veríssimo, Henrique Cabral e por toda a equipa envolvida. Acentuou que a qualidade científica, a logística irrepreensível e a capacidade de mobilização demonstram aquilo que está no centro da própria Medicina: trabalho em equipa, liderança

coordenada, definição clara de papéis e verdadeira multidisciplinaridade. Na sua opinião, este congresso foi, em si mesmo, um reflexo do que defendemos para o sistema de saúde. “Este encontro nasceu de uma necessidade objetiva e profunda: responder às dificuldades estruturais que atravessam o Serviço Nacional de Saúde. Não se trata apenas de diagnosticar problemas – trata-se de traçar um rumo e convocar os médicos para uma missão coletiva.

A Medicina tem uma dimensão técnica incontornável, mas possui igualmente uma dimensão cívica, social e política. Os médicos não podem limitar-se ao exercício clínico; devem participar ativamente na definição das condições em que trabalham e na arquitetura do sistema onde exercem a sua missão”, assumiu. Quanto ao valor das Mesas Multidisciplinares, a presença de profissionais não médicos neste congresso serviu também para transmitir uma mensagem

institucional clara: a saúde é um esforço conjunto. A Ordem reconhece, assim, que a qualidade assistencial depende de equipas integradas e complementares. Esta abertura é também uma mensagem pública importante – os médicos não estão isolados nem pretendem estar. A cooperação interprofissional é um imperativo contemporâneo.

Carlos Cortes afiançou que este congresso não é um ponto de chegada; é o início formal de um projeto mais amplo que visa contribuir para a reconstrução, melhoria e orientação estratégica do sistema de saúde. Um projeto que pretende envolver todos os médicos – incluindo aqueles que atuam em áreas não clínicas, como saúde digital, inteligência artificial e inovação organizacional. O bastonário recordou ainda que o SNS nasceu num período de forte crise económica, mas também de enorme ambição coletiva. “Hoje enfrentamos desafios diferentes, mas de igual exigência. A pandemia demonstrou, de forma inequívoca, a capacidade de liderança médica em contexto de crise e a força de uma visão orientada pelo interesse público. É essa energia mobilizadora que importa recuperar”. Acrescentou: “A Ordem deve assumir este desígnio como responsabilidade institucional. Não para substituir os decisores políticos, mas para contribuir tecnicamente, com independência e competência, para as soluções que o país exige.

O Congresso de 2026, no Porto, deverá representar a continuidade deste caminho – e um desafio de superação face ao que agora iniciámos”.

O Presidente da Secção Regional do Centro e Presidente Executivo do Congresso fez um balanço muito positivo do congresso, que classificou como “muito bom”, sublinhando a atualidade dos temas abordados e a excelência

científica dos palestrantes convidados.

Manuel Teixeira Veríssimo destacou que o programa proporcionou uma análise abrangente e rigorosa dos principais problemas do Serviço Nacional de Saúde, bem como dos caminhos possíveis para a sua resolução, cumprindo plenamente o mote do encontro – “*Um Rumo para a Saúde*”. Salientou, em particular, a última mesa dedicada aos recursos humanos, que considerou paradigmática da urgência de promover mudanças estruturais profundas no sistema.

O Presidente Executivo valorizou igualmente a dimensão cultural do congresso, evidenciada nas cinco exposições integradas no evento. Quatro delas da autoria de médicos artistas – Ana Couceiro, António Ramires, António Leitão



Marques e José Higino – às quais se juntou a exposição “*Cinco Histórias de Vida*”, promovida pelo Fundo de Solidariedade. Sublinhou que a presença da arte não constitui um elemento acessório, mas antes uma expressão da ligação histórica entre Medicina e humanismo, ambas assentes na compreensão do outro e na dimensão profundamente humana do cuidar.

Manuel Teixeira Veríssimo dirigiu um agradecimento extensivo a todos os que contribuíram para o sucesso do congresso, nomeadamente aos palestrantes, pela qualidade científica e pelo contributo para o debate; ao Bastonário e às Secções Regionais do Sul e do Norte, pelo apoio institucional; à Comissão Organizadora, com destaque para Henrique Cabral, responsável pelo programa científico, e Inês Rosendo, pela coordenação dos cursos pré-congresso; ao Gabinete de Organização e Promoção de Atividades (GOPA), em particular a Liliana Constantino, Marta Martins, Nuno Salgueiro e Teresa Pascoal; ao staff da Ordem dos Médicos da Secção Regional do Centro – Cristina Marques, Paula Carmo, Stéphanie Silva, Daniel

Frias e Isabel Santos; e à empresa técnica TBC, responsável pela operação audiovisual e pela logística do evento.

O presidente da SRCOM concluiu manifestando o desejo de que o próximo congresso, a realizar no Porto em 2026, possa superar os resultados alcançados, consolidando o percurso de crescimento e afirmação desta iniciativa.

Por seu turno, na passagem de testemunho, o presidente da Secção Regional do Norte, José Torres da Costa, começou, por sublinhar a elevada qualidade científica das mesas, evidenciando a consistência e a relevância dos conteúdos apresentados. Reconheceu, de forma franca, o desafio que representa organizar, em 2026, um evento ao mesmo nível – particularmente no que respeita à dimensão tecnológica e aos elevados padrões de produção, simbolizados pelo impressionante ecrã utilizado em Coimbra. Assumiu essa exigência como um compromisso e um estímulo.

Reafirmou a determinação da Secção Regional do Norte em realizar um congresso de quali-

dade equivalente, acrescentando uma nota de humor ao prometer “tripas à moda do Porto” como marca identitária da próxima edição. Por fim, destacou a intensidade da aprendizagem vivida ao longo daqueles dois dias, valorizando o intercâmbio científico e o enriquecimento profissional proporcionados pelo encontro.

Quanto a Paulo Simões, presidente da Secção Regional do Sul, na sua intervenção, começou por enaltecer a qualidade organizativa do congresso e a excelência científica das mesas, destacando de forma particular a sessão dedicada aos recursos humanos, que considerou especialmente pertinente e estratégica.

Refletiu, de seguida, sobre os desafios que se colocam ao futuro da formação médica e dos internatos, defendendo a necessidade de mo-

delos mais diferenciados e flexíveis. Sublinhou que os percursos formativos devem ser ajustados às competências, interesses e necessidades individuais, garantindo simultaneamente elevados padrões de exigência e qualidade.

Enfatizou ainda o papel regulador da Ordem dos Médicos, não apenas na supervisão do presente, mas sobretudo na antecipação das necessidades futuras do sistema de saúde, assegurando planeamento estratégico e sustentabilidade.

Por fim, salientou a importância de promover um debate estruturado sobre carreiras e trajetórias profissionais num contexto marcado por mudança constante, considerando que o congresso constituiu um claro sucesso e contribuiu de forma decisiva para clarificar caminhos e orientar decisões futuras.

A sessão terminou com convite ao próximo congresso no Porto. Com a apresentação da médica de família Liliana Constantino, feita ao longo de todo o congresso, coube-lhe, por fim, agradecer a presença de todos os participantes, palestrantes, moderadores, formadores, convidados e também de todos os patrocínios científicos, logísticos e institucionais.■



Poderá (re)ver
esta sessão, aqui:





Entrevista ao Presidente do 28.º CONGRESSO NACIONAL DA ORDEM DOS MÉDICOS

CARLOS CORTES - Bastonário

“A reforma da Saúde exige coragem política, compromisso com resultados e respeito por quem cuida”

“Um Rumo para a Saúde” foi o tema do mais recente Congresso Nacional da Ordem dos Médicos. Ao longo de dois dias de debate, em Coimbra, realizaram-se sessões dedicadas à sustentabilidade do sistema de saúde, valorização da profissão médica, inovação científica e tecnológica e à defesa da qualidade e da equidade no acesso aos cuidados. O bastonário e presidente do Congresso é o entrevistado desta edição da MD Centro.

O 28.º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos decorreu durante dois dias sob o lema “Um Rumo para a Saúde”. Qual a importância deste tema?

O tema do “Rumo para a Saúde” é decisivo porque o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e a resposta em saúde na sua globalidade não

podem andar permanentemente de crise em crise. É preciso liderança, organização e visão estratégica. Há mais de uma década que se acumulam fragilidades que foram sendo normalizadas tais como listas de espera prolongadas, falta de médicos, pressão permanente nas urgências e uma degradação

progressiva das condições de trabalho e da segurança. Quem sofre primeiro e de forma mais direta são os doentes, mas também os médicos.

“Um Rumo para a Saúde” significa abandonar a lógica de medidas avulsas e assumir uma mudança estrutural, com planeamento de longo prazo, governação clínica credível, transparência e políticas sérias de retenção de médicos. Significa, também, recuperar um princípio essencial que se foi perdendo: o centro do sistema tem de voltar a ser a pessoa doente, com cuidados atempados, seguros, dignos e equitativos.

A Ordem dos Médicos não se limita a diagnosticar problemas. Quer contribuir, colaborar de forma independente e tecnicamente fundamentada, para soluções concretas, sempre com exigência de qualidade e segurança.

Na sessão de abertura deixou um agradecimento especial a todos os médicos. Que mensagem principal quis transmitir aos colegas, neste momento?

Quis transmitir duas ideias: reconhecimento e compromisso. Reconhecimento pelo trabalho realizado, muitas vezes em condições que não são aceitáveis nem sustentáveis, mas com um sentido de entrega que tem sido essencial e determinante para a manutenção do SNS. E compromisso da própria Ordem dos Médicos, ao lado dos médicos, a defender condições de trabalho dignas, carreira valorizada e tempo clínico protegido. A medicina não pode ser reduzida a produção de números. A medicina é ciência, técnica e relação humana. Os médicos não podem ser apenas gestores

de crise e de contingências, têm de ser parte central da solução, com participação efetiva na reorganização do sistema.

Na mesma sessão referiu que foi “com muito pouco” que os médicos ajudaram a criar e consolidar o Serviço Nacional de Saúde, que é, aliás, uma conquista de valor imensurável. De que forma o trabalho dos médicos contribuiu para tornar a sociedade portuguesa mais coesa?

O SNS é uma das maiores conquistas da nossa democracia e um dos principais instrumentos de coesão social. Quando garantimos que um cidadão tem acesso a cuidados de saúde, independentemente da sua condição económica ou do lugar onde vive, esta é uma forma concreta de que estamos a reduzir desigualdades e a fortalecer a confiança nas instituições de saúde.

Os médicos e a sua liderança, e outros profissionais de saúde, tiveram um papel determinante na construção dessa rede de segurança. A presença do médico no território, nos hospitais, nos cuidados de saúde primários, em qualquer instituição prestadora de cuidados de saúde, criou proximidade e confiança. Foi, muitas vezes, com recursos limitados, mas com enorme dedicação, que se transformou a saúde num direito efetivo, e não apenas num princípio abstrato. Isso une um país e une as pessoas.

Destacou indicadores como a mortalidade infantil. Que outros resultados, a seu ver, considera exemplares do impacto do SNS e da classe médica?

Além da redução da mortalidade infantil,

destacaria o aumento da esperança de vida, a redução da mortalidade materna, o impacto dos programas nacionais de vacinação e a melhoria do controlo de doenças crónicas, como a diabetes e a hipertensão, com ganhos claros em morbilidade e mortalidade.

Sublinho, também, a evolução em áreas como a oncologia, onde os avanços no diagnóstico, tratamento e seguimento se traduziram em melhores resultados e em mais anos de vida com qualidade. Estes progressos demonstram a capacidade técnica e científica do País e o papel determinante dos médicos, muitas vezes a exercer a sua atividade em condições aquém das desejáveis. O mérito é coletivo, mas o contributo médico é indiscutível, sobretudo na responsabilidade clínica, na tomada de decisão e na continuidade do cuidado.

Identificou a falta de profissionais como o principal problema do SNS. Quais são, na sua opinião, as causas mais profundas desta carência?

A carência de profissionais é o resultado de escolhas estruturais falhadas. Os salários contam, claro, e Portugal continua a oferecer condições remuneratórias pouco competitivas face a vários países europeus. Porém, a raiz do problema vai muito além de uma questão remuneratória.

Há sobrecarga laboral crónica, burocratização que rouba tempo à relação médico-doente, degradação das condições de trabalho, falhas de planeamento sério de recursos humanos e um modelo organizativo que, muitas vezes,

aumenta camadas de gestão sem garantir integração efetiva dos cuidados. A criação de ULS, por exemplo, só fará sentido se significar continuidade clínica real e não apenas integração administrativa e de gestão.

Acrescem ainda fatores de vida concreta, tais como dificuldade de acesso à habitação – particularmente sentida por médicos mais jovens e em zonas de maior pressão – as fragilidades no apoio à parentalidade e as crescentes preocupações com segurança nos locais de trabalho. Quando o exercício da profissão deixa de ser compatível com uma vida equilibrada, o sistema perde atratividade. E quando perde atratividade, perde o seu futuro.

Quais são os efeitos, na sua opinião, da falta de investimento e da perda de atratividade da carreira médica na prestação de cuidados de saúde em Portugal?

Quando a carreira médica perde atratividade, o SNS começa a perder aquilo que a carreira garante de melhor. A carreira não é apenas remuneração: é um instrumento de qualidade. É ela que sustenta o reconhecimento técnico-científico, a progressão baseada no mérito, a formação contínua, a estabilidade das equipas, a diferenciação e a liderança clínica.

Sem uma carreira sólida, o sistema tende a tornar-se mais precário, mais rotativo e mais dependente de soluções de curto prazo, com equipas menos estruturadas, menos tempo para supervisão de internos, menor capacidade para investigação e menor margem para inovar com segurança.

Quando não existem tempo protegido nem condições para ensinar, formar, aprender e investigar, não se retém talento, não se desenvolve competência e perde-se massa crítica. Resultado: cuidados de saúde de pior qualidade, maior desigualdade no acesso e menor segurança para os doentes. Investir na carreira médica – com meritocracia transparente e reconhecimento técnico-científico efetivo –, não é um benefício corporativo: é uma decisão de segurança do doente e de sustentabilidade do SNS.

Garantiu, neste congresso, que o ato médico continuará na agenda da Ordem até ser resolvido. O que está em causa quando fala da defesa do ato médico?

Quando falo do ato médico, falo da defesa do doente e do seu direito a cuidados de qualidade e de segurança. O ato médico é o momento em que a medicina acontece, é responsabilidade clínica, é relação humana, é rigor técnico.

Os atos das profissões de saúde têm um objetivo claro: evitar ambiguidades e garantir ao doente o cuidado mais qualificado e responsável.

Existe ainda uma dimensão ética fundamental: defender o ato médico é proteger os cuidados de saúde de qualidade e humanizados, assegurando que cada pessoa é cuidada com competência, rigor e respeito.

Há décadas que, em Portugal, a prestação dos cuidados de saúde se encontra numa encruzilhada, sobretudo devido a modelos

de organização que até agora têm sido pouco eficientes. Como assegurar o direito à saúde com equidade e justiça num contexto de crescentes dificuldades no SNS? Onde estão hoje os maiores riscos para a qualidade da Medicina em Portugal?

Para assegurar o direito à saúde com equidade e justiça, temos de abandonar a lógica de sobrevivência diária a que estamos entregues e assumir uma reforma estrutural com horizonte de anos, não de semanas ou dias. A equidade constrói-se com organização, recursos humanos suficientes, governação clínica e uma rede de cuidados que funcione como um percurso contínuo para o doente, e não como uma sucessão de portas e barreiras. Isso implica reforçar os Cuidados de Saúde Primários, garantir integração real entre níveis de cuidados e não apenas integração administrativa e de gestão. Implica também criar respostas na comunidade a nível social, porque quando falha a comunidade, o hospital torna-se o último recurso para tudo, com perda de eficiência, aumento de desigualdades e maiores dificuldades.

Os maiores riscos para a qualidade da Medicina no SNS, hoje, estão em três planos. Primeiro, recursos humanos: falta de médicos, envelhecimento dos profissionais, perda de atratividade e exaustão. Um sistema que depende de soluções precárias e de sobrecarga permanente está a aumentar o risco de erro, a reduzir tempo clínico da relação médico-doente e a comprometer a formação e a investigação. Segundo, organização e

burocracia: o excesso de tarefas não clínicas, o atraso na informatização eficiente e a gestão por metas mal desenhadas estão a roubar tempo ao doente e a degradar o ato médico que é o núcleo de qualquer resposta com qualidade e segurança. Terceiro, continuidade e confiança: sem médico de família, sem um processo de saúde único eletrónico, sem seguimento e sem coordenação, aumentam redundâncias, atrasos diagnósticos, e o doente, tal como o seu médico, perdem-se no sistema.



Há ainda riscos que não podemos ignorar, a violência e insegurança nos locais de trabalho, que afeta diretamente a capacidade de resposta, a fragilidade da cibersegurança e de interoperabilidade dos sistemas de informação, com impacto na segurança

do doente. A desigualdade territorial que continua a determinar, na prática, quem tem acesso atempado e quem espera demais. A resposta deve recentrar a governação clínica e a responsabilização, com transparência de resultados, e garantir condições que os permitam aos médicos exercer medicina com tempo, qualidade e humanismo. Se quisermos um SNS mais justo, é indispensável proteger a qualidade da Medicina, o ato médico, a relação médico-doente – pilares essenciais da defesa e segurança dos doentes.

Que papel deve a Ordem dos Médicos desempenhar na definição das políticas de Saúde, para todo o sistema (público, privado e cooperativo)?

A Ordem deve ser um interlocutor técnico independente e exigente, com uma missão dupla: defender os médicos e, ao mesmo tempo, defender os doentes. Não há cuidados de qualidade sem profissionais valorizados e não há legitimidade nos nossos atos se não colocarmos o interesse do doente no centro.

A Ordem deve contribuir para políticas com base em evidência, definir padrões de qualidade, promover segurança do doente, reforçar ética e deontologia, e exigir transparência de resultados em todos os setores, público, privado e social. E deve também ajudar a construir consensos nacionais, porque a saúde não pode mudar ao ritmo de ciclos políticos curtos. Precisamos de visão de Estado, precisamos de coragem política e precisamos de diálogo.

Que caminho concreto propôs este Congresso para o futuro da Saúde em Portugal?

O Congresso foi o palco do arranque para o “Um Rumo para a Saúde”. Não foi um ponto de chegada. Foi o início de um processo nacional de reflexão e construção muito aprofundada sobre o futuro da saúde em Portugal. Um processo que queremos sério, participado e orientado para soluções.

Começamos com os médicos e com a Ordem dos Médicos, ouvindo quem está todos os dias no terreno, nos hospitais, nos centros de saúde e nas instituições prestadoras de cuidados. A partir daí, o trabalho alarga-se a todos os agentes que contribuem para o SNS e para o sistema de saúde, incluindo as instituições, a academia e, de forma central, os doentes e as pessoas. Um sistema de saúde só faz sentido se integrar quem cuida e quem é cuidado.

Este percurso terá um forte enquadramento científico, assente em dados, evidência e análise rigorosa. Pretendemos fazer um levantamento exaustivo da realidade dos cuidados de saúde em Portugal continental e nas Regiões Autónomas, identificar desigualdades, fragilidades e riscos para a qualidade e a segurança, e, a partir daí, apontar um caminho verdadeiramente adequado para a nossa saúde.

No final desta discussão aprofundada, a Ordem dos Médicos apresentará ao Ministério da Saúde, ao Governo e à Assembleia da República um relatório estruturado, assente

num diagnóstico sólido e propostas concretas que apontam para um rumo sustentado, humano e seguro para a saúde em Portugal. Este documento será um contributo dos médicos para as decisões fundamentais que terão de ser tomadas para o futuro do país.

Em resultado do questionário levado a cabo pela Ordem sobre a visão dos médicos sobre “Um rumo para a Saúde” e que visou caracterizar a realidade pessoal e profissional dos colegas, considera que é possível antecipar as necessidades futuras da Medicina e do exercício da profissão no País?

Sim. Os dados permitem antecipar tendências e, sobretudo, agir antes do colapso. Quando sabemos que a classe médica tem uma média de idade de 51,2 anos, percebemos o desafio de renovação geracional. Quando identificamos



sobrecarga e desvalorização percebemos o risco de perda de qualidade formativa e de sustentabilidade.

Isto obriga a um plano nacional de recursos humanos com horizonte de anos, não de meses. Obriga a tornar o SNS uma verdadeira perspetiva de vida para os médicos, através de uma carreira ajustada às exigências do atual sistema de saúde, com condições, oportunidades de desenvolvimento técnico-científico, tempo efetivo para formação e para investigação, e compatibilidade com a vida pessoal. Se não fizermos isto, o êxodo continuará e a pressão sobre os que permanecem tornar-se-á insuportável.

No congresso, as medalhas de mérito foram entregues a 20 médicos. É uma cerimónia muito especial...

É, de facto, um dos momentos mais marcantes. As medalhas de mérito simbolizam reconhecimento público por carreiras de dedicação exemplar, muitas vezes discretas, mas decisivas para a saúde dos portugueses. É um ato de justiça e de memória. Honramos quem fez caminho e inspiramos quem está a começar.

Num tempo em que o ruído e a urgência do dia a dia nos distraem, esta cerimónia lembramos o essencial. A medicina é responsabilidade, vocação de serviço e excelência técnica, sempre, sempre com humanidade.

Que mensagem gostaria de deixar aos colegas no balanço deste Congresso?

A mensagem é de mobilização e união dos médicos. Este Congresso já foi um contributo para o SNS e para a saúde em Portugal, com propostas e com exigência. Não

podemos normalizar o inaceitável, que tem sistematicamente acontecido, nem perpetuar remendos como solução permanente para tudo.

A reforma da saúde exige coragem política, compromisso com resultados concretos e respeito por quem cuida, seja qual for o seu setor de atividade. A Ordem está empenhada nessa construção e conta com os médicos para defenderem um sistema mais humano para os doentes, mas também para os seus profissionais. Precisamos de estar bem para cuidar bem, é um princípio básico de qualquer organização. E precisamos de um país que proteja os seus médicos, porque isso é proteger os doentes. É agora que se decide o futuro. ■



CARLOS CORTES

Perfil

Cédula profissional 38 590

Nascido em Lisboa a 5 de janeiro de 1970, Carlos Cortes, vive em Coimbra desde o início dos seus estudos superiores. Concluiu a sua licenciatura em Medicina em 1999, tendo completado a sua especialização em Patologia Clínica em 2006 após ter cumprido com o Serviço Militar nos Açores. Desde então, tem exercido a sua atividade profissional no Serviço Nacional de Saúde como Patologista Clínico.

Tem a subespecialidade em Microbiologia Médica desde 2020. Detém também a Competência de Gestão de Serviços de Saúde da Ordem dos Médicos, desde 2020, e a Competência em Controlo de Infecção e Uso Racional de Antibióticos, bem como a Pós-graduação em Gestão e Direção em Saúde e a Pós-Graduação de Ética em Saúde pela Universidade de Coimbra.

Tem uma vasta atividade profissional que iniciou nos Hospitais da Universidade de Coimbra. Fez o seu Internato Complementar (formação especializada) em Patologia Clínica no Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE.

É o 16º bastonário da Ordem dos Médicos, reeleito para segundo mandato (em ato eleitoral que decorreu entre 29 de maio e 3 de junho de 2025). Na sua intervenção de tomada de posse, em Lisboa, a 26 de junho de 2025, defendeu “um novo rumo” para a área da Saúde, deixando a promessa de “propostas concretas” quer para o investimento nas carreiras médicas quer para a investigação e formação. “Um novo rumo” foi, aliás, o lema da sua proposta com que se apresentou a sufrágio para o atual segundo mandato.

Desde sempre teve um interesse particular pelo associativismo e, em 2014, candidatou-se e venceu as eleições para a Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, desempenhando o cargo de Presidente até 2023.

Foi Coordenador do Conselho Nacional de Pós-graduação da Ordem dos Médicos, órgão com responsabilidades no Internato em colaboração com os colégios de especialidade.

Foi diretor do serviço de Patologia Clínica do Centro Hospitalar do Médio Tejo. Para além da sua atividade clínica, foi Assessor da Direção Clínica e Responsável pela Reorganização e Centralização do Serviço de Patologia Clínica desta Instituição.

Em 2020, após concurso público, tornou-se Assistente Graduado Sénior. Pertenceu a diversas Comissões e teve responsabilidades em áreas como a Qualidade, Controlo de Infecção, Gestão de Risco, Gestão de Risco Clínico, Responsável da Formação, Ensaios Clínicos, entre outros. Foi coordenador do grupo de trabalho responsável pela elaboração do Manual de Boas Práticas Laboratoriais aprovado pela Ordem dos Médicos e membro da Comissão Ministerial para a revisão da Portaria de Licenciamento dos laboratórios clínicos.

No cargo de bastonário tem defendido melhorias nas condições de trabalho e a dignificação da profissão médica, a defesa da autonomia da Ordem e a qualidade dos cuidados de Saúde em Portugal. ■

Covilhã e em Coimbra

Compromisso Hipocrático destaca ética e humanismo médico



Nos dias 5 e 6 de dezembro, a Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos organizou e promoveu as cerimónias do Juramento de Hipócrates na Covilhã e em Coimbra, respetivamente.

Nestes dias especiais, os jovens médicos unem-se para a leitura do Juramento de Hipócrates – um gesto simples, mas profundamente simbólico, que marca o compromisso com a ética, a responsabilidade e a humanização da prática médica. O presidente da SRCOM deixou uma mensagem clara em ambas: o juramento que os recém-licenciados assumem “não é um fim, mas o começo de uma vida desafiante”, construída na busca pela excelência, mas

sempre guiada pela empatia e pelo respeito pela vida humana.

No que toca ao momento especial e irrepetível para cada jovem, afirmou: “A Medicina é uma ciência, mas também é uma arte, a qual está profundamente enraizada na ética, na compaixão e no compromisso com a melhoria da qualidade de vida do nosso semelhante. Por isso, mais do que palavras, este juramento é um contrato moral com a promessa inabalável de

dedicação aos doentes, independentemente da sua condição física, psíquica ou social.”

No seu discurso, Manuel Teixeira Veríssimo destacou que a qualidade do ato médico não se mede apenas pelos resultados clínicos, mas também pela capacidade de ouvir, compreender e valorizar cada doente. “Procurem o melhor conhecimento, as melhores práticas, mas nunca se esqueçam de perguntar ao doente o que ele sente, o que ele quer, o que ele teme”, apelou. Dirigindo-se aos jovens, reforçou ainda a importância da autonomia responsável na prática clínica, alertando para os riscos da pressa ou de pressões externas: “Sejam livres e responsáveis. Não deixem que o vosso juízo clínico seja capturado pela pressa, pela pressão ou por interesses alheios ao doente.” A

solidariedade entre profissionais e a dimensão coletiva da Medicina foram igualmente sublinhadas. Embora o contacto com cada doente seja individual, afirmou, as respostas de saúde exigem colaboração e partilha: “Juntos, somos sempre mais fortes.”

Em nome da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, felicitou os novos médicos pela escolha de uma “nobre profissão” e desejou que o seu percurso seja guiado pela sabedoria, pela compaixão e pela missão de aliviar o sofrimento humano.

Por seu turno, o Bastonário da Ordem dos Médicos, Carlos Cortes, falou também da importância deste compromisso: “Nunca percam de vista esta verdade: a partir de hoje, cada palavra, cada gesto, cada olhar e cada



decisão vossa tem o poder de orientar o destino de uma vida e, inevitavelmente, o de milhares que se cruzarão convosco”, recordando que não há outro texto “que una de forma tão profunda e tão universal toda uma profissão em todos os 5 continentes. Ele é irrevogável, serão médicos para toda a vida”.

Sem esquecer a atualidade, Carlos Cortes voltou, pois, a apontar o dedo à tutela e alertou para fragilidades estruturais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), pedindo “decisões corajosas” ao Ministério da Saúde. Ao alertar para as “fragilidades graves” que continuam a marcar o SNS, responsabilizou direta e concretamente o Ministério da Saúde pela falta de organização, planeamento e defesa do sistema. Segundo o bastonário, estas fragilidades atingem diretamente os profissionais e comprometem a qualidade dos cuidados prestados aos utentes. Entre os problemas identificados, Carlos Cortes destacou as dificuldades em atrair e

fixar médicos, apesar dos sucessivos alertas e contributos da Ordem. “Os concursos tardios, as carreiras desajustadas, a burocracia excessiva e as cargas horárias in comportáveis geram



exaustão e alimentam episódios de violência inaceitáveis contra profissionais”, afirmou. E deixou um aviso: “Nenhum SNS pode viver eternamente de heroísmos.”

Em Coimbra, coube a Miguel Castelo-Branco fazer a Oração de Sapiência. Para o Diretor do CIBIT (Coimbra Institute for Biomedical Imaging and Translational Research) e responsável dos Laboratórios de Neurociências da Visão, e Bioestatística e Informática da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, é importante “melhorar o cérebro empático e o cérebro social”, deixando vários

desafios aos jovens médicos: “Temos de ter uma Medicina holística, precisamos de ter uma abordagem biopsicossocial”.

Na Covilhã, a Oração de Sapiência, proferida pelo Professor Paulo Sousa, foi subordinada ao tema “Qualidade em Saúde” e Segurança do Doente”. O anfitrião, Miguel Castelo Branco, presidente da Sub-região de Castelo Branco da Ordem dos Médicos, apontou para os desafios decorrentes de uma nova realidade referente às vagas que ficaram por preencher na escolha de especialidade bem como para as dificuldades crescentes de fixação de médicos nas regiões mais periféricas.

A participação das Adufeiras do Rancho Etnográfico de Idanha-a-Nova a abrir a sessão e a atuação da C’a Tuna aos Saltos no final foram também dois momentos especiais na Covilhã.

Em Coimbra, a solene teve início com a interpretação do coro da SRCOM e culminou com um momento musical protagonizado

pelo o grupo Art´Ventus Quintet que, neste dia, se apresentou em trio. Este grupo tem desenvolvido diversos projetos de formação de públicos, bem como de integração social com o foco na população mais vulnerável – idosos e portadores de doenças mentais. Interpretaram Mozart e Beethoven para gáudio da vasta plateia no auditório principal dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC).

Por fim, a foto de grupo rematou as duas cerimónias. Parabéns a todos os novos médicos! ■



Newsletter nº 25 do Gabinete de Investigação e Divulgação Científica

“Paracetamol na gravidez e autismo: O que nos diz a evidência científica” é o tema da **newsletter número 25** do Gabinete de Investigação e Divulgação Científica da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos.

Recorde-se que o Gabinete de Investigação e Divulgação Científica iniciou a disponibilização de informação, a partir de março de 2021, sobre áreas relevantes para a prática clínica. Trata-se de uma ferramenta que conta com o apoio da rede Cochrane Portugal, que inclui as duas escolas médicas da região Centro. ■



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE CIÊNCIAS DA SAÚDE



CIBIT



PARACETAMOL NA GRAVIDEZ E AUTISMO: O que nos diz a evidência científica?

Autores: Otilia C. d'Almeida e Miguel Castelo-Branco

Introdução

O paracetamol (denominado com *acetaminofeno em alguns países*) é um analgésico e antipirético de primeira linha. Recentemente, foram publicitadas declarações polémicas sobre uma possível associação entre o seu uso durante a gravidez e um aumento do risco na descendência de perturbações do neurodesenvolvimento, incluindo perturbações do espectro do autismo (PEA).

Este é um tema não só controverso, mas também muito sensível, pelo impacto potencial em termos de saúde pública, para o qual é fundamental recorrer à melhor evidência científica disponível, de modo a separar a preocupação legítima da desinformação.

O que se sabe?

O paracetamol é frequentemente considerado o analgésico e antipirético mais seguro para tratar dor e febre durante a gravidez. No entanto, vários estudos observacionais têm sugerido que a exposição pré-natal pode estar associada a alterações do neurodesenvolvimento, incluindo problemas comportamentais, redução da performance cognitiva, PEA e perturbação de hiperatividade e défice de atenção (PHDA). As associações encontradas, embora alegadamente significativas do ponto de vista estatístico, tendem a ser fracas.

Uma meta-análise de 2021, que agregou resultados de seis coortes populacionais europeias, concluiu que a exposição pré-natal ao paracetamol estava associada a um aumento das chances da criança apresentar sintomas de PEA ou PHDA em níveis *borderline* ou até com significado clínico [1]. Apesar de terem sido consideradas várias covariáveis maternas e da criança, estes estudos mantêm limitações importantes, incluindo possível viés de indicação, relacionados com o motivo que levou à toma, e fatores genéticos ou familiares que podem não ter sido totalmente controlados [2].

A associação pode estar relacionada com variáveis de confusão e não implica causalidade

Em abril de 2024, um estudo populacional sueco publicado na *JAMA* [3], envolvendo uma coorte de 2,48 milhões de crianças, utilizou uma abordagem de controlo por irmãos (*sibling control analysis*) para ajustar fatores ambientais, genéticos e epigenéticos familiares. Nesta análise de sensibilidade, não foi encontrada evidência significativa para um aumento do risco de PEA, PHDA ou disfunção intelectual associado à exposição pré-natal ao paracetamol. Resultados semelhantes foram observados num estudo populacional japonês que aplicou uma metodologia semelhante [4].

Numa revisão de 2025 [5] foram salientadas algumas associações positivas, mas os autores destacaram limitações metodológicas e a falta de evidência consistente de causalidade. Em suma, a evidência disponível é insuficiente e contraditória para estabelecer uma relação causal entre a toma de paracetamol durante a gravidez e alterações do neurodesenvolvimento na descendência.

Limitações da evidência

- **Heterogeneidade dos protocolos de avaliação:** Existe heterogeneidade nas escalas e instrumentos utilizados para avaliar PEA, PHDA e outras perturbações do neurodesenvolvimento, o que dificulta a comparação direta entre estudos;
- **Quantificação da exposição:** Muitos estudos quantificam a exposição por autorrelato que dependem da memória da gestante ou podem omitir doses, frequência e duração do uso de paracetamol;
- **Dose e tempo de uso:** A posologia, a frequência e trimestre da gestação em que o fármaco foi utilizado são, frequentemente, pouco precisos ou mal definidos;
- **Fatores de confusão clínicos:** Condições que motivam o uso de paracetamol (febre, doença autoimune, infeção) podem, por si só, afetar o desenvolvimento fetal;
- **Outras medicações e saúde parental:** O uso concomitante de outros fármacos (opioides, antidepressivos, etc.) e a condição de saúde dos pais podem influenciar os resultados;
- **Mensuração das variáveis:** A quantificação da exposição e a avaliação de *outcomes* clínicos podem ser imprecisas, e características clínico-demográficas e outros fatores podem ser difíceis de modelar estatisticamente;
- **Exposição pós-natal:** Em alguns estudos, não é considerado o uso de paracetamol ou outros fármacos pela criança, após o nascimento;
- **Hereditariedade e desenho de estudo:** Os fatores genéticos são determinantes nestas condições. Mesmo abordagens válidas e robustas, como o emparelhamento de irmãos, que ajudam na redução do viés hereditário, não conseguem eliminar totalmente fatores de confusão, incluindo potenciais efeitos de *carry-over* de uma gravidez para a outra.

Em resumo:

- A evidência existente apresenta várias lacunas e, até ao momento, é inconclusiva, havendo evidência negativa em estudos bem controlados.
- Não há suporte científico suficiente e robusto para concluir causalidade entre a exposição pré-natal a paracetamol e o risco aumentado de desenvolvimento de autismo.
- O paracetamol continua a ser considerado seguro, quando usado corretamente, sob indicação médica.
- As autoridades de saúde pública (FDA, EMA, OMS) não recomendam a suspensão do seu uso na gravidez, mas sugerem minimizar a sua utilização em situações menos graves [6].

Para saber mais:

[1] Alemany S, *et al.* (2021). doi: 10.1007/s10654-021-00754-4; [2] Damkier P, *et al.* (2025). doi: 10.1097/AOG.0000000000005802; [3] Ahlqvist VH, *et al.* (2024). doi:10.1001/jama.2024.3172; [4] Okubo Y, *et al.* (2025). doi: 10.1111/ppe.70071; [5] Prada D, *et al.* (2025). doi: 10.1186/s12940-025-01208-0; [6] Louwen F, *et al.* (2025). doi: 10.1002/ijgo.70577.

Nasceu o NUVEM: Núcleo Universitário de Voluntariado de Estudantes de Medicina da FMUC

Foi recentemente apresentado o NUVEM – Núcleo Universitário de Voluntariado de Estudantes de Medicina, um projeto pioneiro que integra estudantes e docentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC), assumindo como missão a promoção do voluntariado comunitário como parte integrante da formação médica.

A sessão de apresentação reuniu alunos e professores da FMUC, contando com a presença do seu Presidente, Carlos Robalo Cordeiro, bem como de representantes de diversas entidades convidadas, entre as quais a Ordem dos Médicos (representada pela vice-presidente da SRCOM, Inês Rosendo), a Liga Portuguesa Contra o Cancro, a Cruz Vermelha Portuguesa, a Cáritas Diocesana, a Associação Integrar e a AAEC – Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra.

Marília Dourado, Professora da FMUC que inspirou e impulsionou a criação do NUVEM, manifestou o seu orgulho nos estudantes envolvidos, sublinhando a expectativa de que este projeto represente “o começo de uma nova maneira de cuidar, mas também de formar e transformar o ensino da Medicina em Coimbra”.

Na ocasião e na mesma linha, Guilherme Teles, estudante da FMUC e presidente do NUVEM, destacou a importância do voluntariado no percurso académico e humano dos futuros médicos, afirmando que “dar parte do nosso tempo à comunidade é também um tempo de aprendizagem essencial para a nossa formação como médicos”.

O momento mais marcante da cerimónia foi a chamada ao palco dos estudantes voluntários que iniciaram o trabalho comunitário no âmbito do NUVEM. Mais de uma centena de jovens avançou, envergando simbolicamente, naquele momento, a camisola do NUVEM, sob um aplauso caloroso e prolongado de todos os presentes, num gesto que assinalou o início de um projeto que alia compromisso social, formação académica e responsabilidade cívica.■



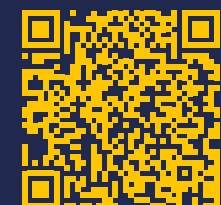
**A sua opinião é
muito importante
para nós.**

**Deixe aqui
a sua sugestão.**

Participe!

Disponibilizamos o presente formulário com o intuito de conhecer a opinião dos colegas sobre os meios de comunicação interna e externa. A participação de todos(as) é fundamental para a melhoria contínua do nosso desempenho e das atividades desenvolvidas.

**Aceda ao questionário
através deste QR Code:**



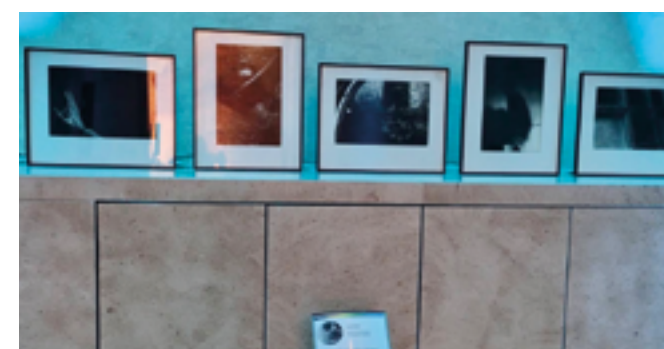


Cinco exposições: Arte, Cultura e Medicina

Escultura, pintura, fotografia e ilustração estiveram patentes no Convento São Francisco, no 28º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos. Para quem acompanhou os trabalhos do congresso via *online*, as obras estavam expostas em formato virtual.

No congresso em Coimbra, a Medicina (também) dialogou com a Arte. Cada obra representou, ali, o reflexo da sensibilidade de quem transforma o gesto clínico em inspiração estética.

“Estas exposições criadas por médicos, representam esse diálogo entre ciência e sensibilidade. Celebram o encontro entre o rigor do conhecimento e a liberdade da expressão artística, lembrando-nos que a Medicina se torna mais completa – e mais humana – quando caminha ao lado da Arte e Cultura”, escreveu Ana Bernardino, coordenadora do Gabinete de Arte e Cultura da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos.



O Presidente Executivo do 28º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos, Manuel Teixeira Veríssimo, sublinhou igualmente o papel essencial da vertente cultural que este ano integrou o congresso nacional a realizar em Coimbra. “A arte é um valioso meio de atenuação da dor, do sofrimento e da doença – a arte também cura”, acentuou.

Ana Couceiro (Ginecologista Obstetra), António Manuel Ramires (Nefrologista), António Leitão Marques (Cardiologista), José Higino (Ortopedista) e as histórias de cinco famílias apoiadas pelo Fundo de Solidariedade da Ordem dos Médicos, que ganham vida em palavras e imagens (livro oferecido no congresso), integraram as cinco exposições.■





CentroTV | 2 de dezembro 2025

Médicos querem um novo rumo para o Serviço Nacional de Saúde

Diário de Coimbra | 29 de novembro 2025

Mérito para quem faz da vocação uma forma de vida



Diário As Beiras | 16 de setembro

Rega da Oliveira SNS assinalou 46 anos da "melhor construção da Revolução de Abril"

RTP | 28 de novembro 2025

Coimbra recebe a partir de hoje o congresso nacional da Ordem dos Médicos.



Descubra outras notícias aqui:



“Saúde em Análise” na Rádio Regional do Centro

No programa mensal na Rádio Regional do Centro (RRC), “Saúde em Análise”, o presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, Manuel Teixeira Veríssimo, tem vindo a abordar os principais temas da atualidade.

Em dezembro, abordou a importância da cerimónia do Juramento de Hipócrates na vida de um jovem médico, bem como do seu profundo simbolismo, assente em princípios que remontam há mais de 2000 anos e que permanecem atuais. Destacou ainda a relevância da Oraçãõ de Sapiência, este ano proferida pelo Professor e Investigador Miguel Castelo Branco, em Coimbra.

Olhando para o ano de 2025, identificou os acontecimentos mais significativos na área da Saúde e chamou a atenção para os números de mortes causadas pela gripe nos últimos tempos, reforçando a importância da vacinação. “A vacina contra a gripe é protetora”. Abordou-se também a reportagem publicada na revista *Sábado* na qual sublinha a importância do exercício físico e mental, bem como dos cuidados com a alimentação, como pilares fundamentais para um envelhecimento ativo

e saudável. Neste programa, Manuel Teixeira Veríssimo voltou a enfatizar a necessidade de levar a cabo uma reforma profunda no Serviço Nacional de Saúde.

No programa de novembro, Manuel Teixeira Veríssimo fez a antevisão do 28º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos que se realiza no Convento São Francisco dias 28 e 29 desse mês.

Em outubro, entre outros temas, os destaques dirigiram-se para a campanha ‘Outubro Rosa’ que ajuda a mobilizar a sociedade para a prevenção e o diagnóstico precoce do cancro da mama; para o Dia Internacional da Terceira Idade que é assinalado a 28 de outubro, cujo dia nos relembra a urgência em valorizar os mais velhos. “O envelhecimento ativo e saudável deve ser uma prioridade nacional”, assumiu o presidente da SRCOM.■

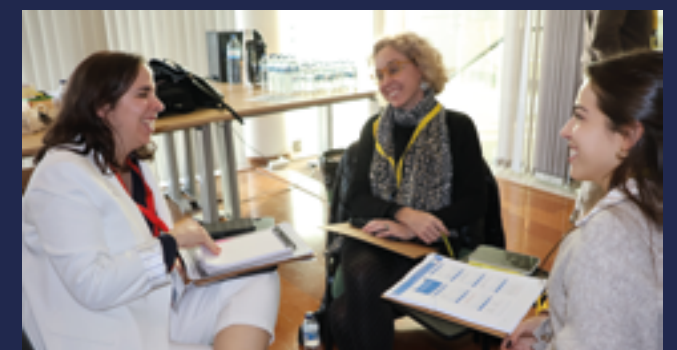


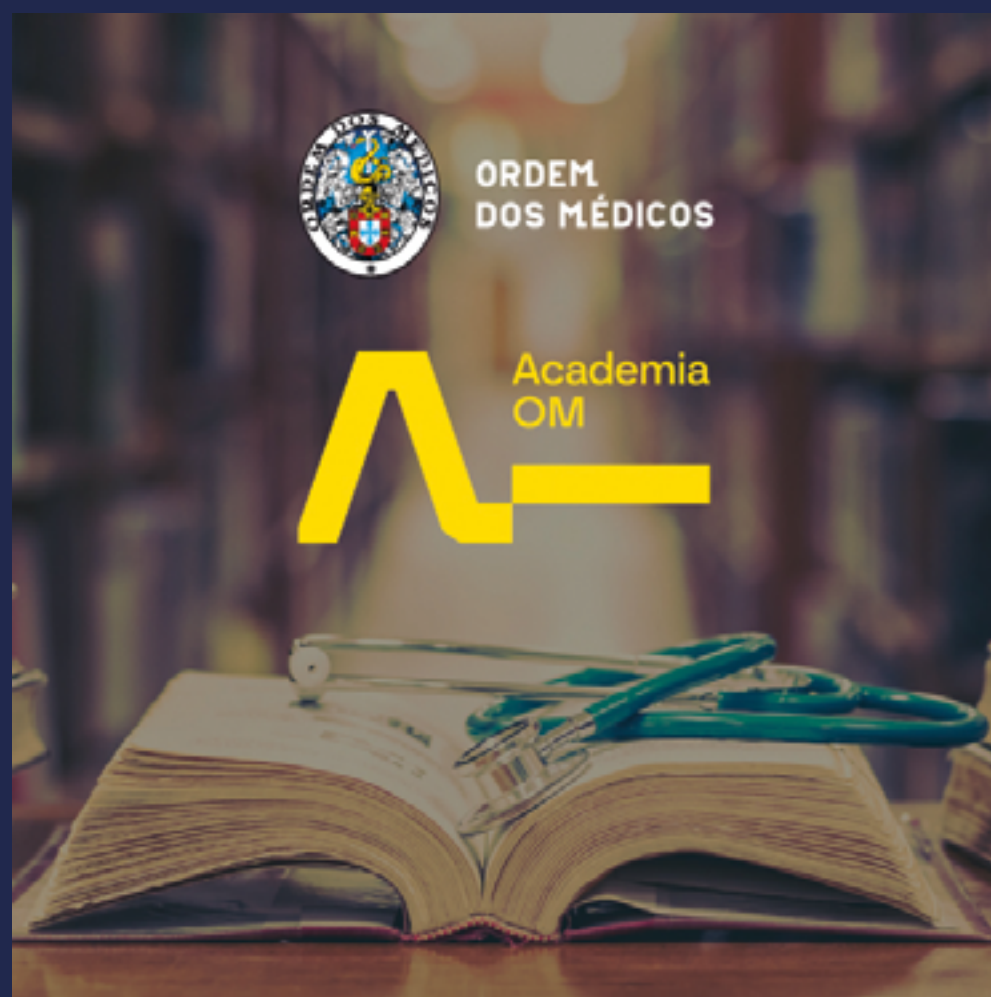
EURACT, um dos cursos pré-congresso, em Coimbra

Teve início, dia 25, na sede da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, o Curso para Formadores de Medicina – Leonardo EURACT – Nível 1, uma formação que integrou o programa pré-congresso. Este curso teve como objetivo capacitar médicos e educadores de saúde para o ensino eficaz em todas as áreas de atuação da Medicina, promovendo metodologias de ensino inovadoras e centradas no formando.

Ao longo do programa, os participantes tiveram a oportunidade de aprofundar conhecimentos em estratégias pedagógicas, avaliação de competências, feedback construtivo e desenvolvimento de materiais educativos. Além disso, o curso proporcionou um ambiente de troca de experiências, permitindo que formadores de diferentes contextos tenham partilhado boas práticas e aprendido com casos reais.

A formação foi organizada pela EURACT (*European Academy of Teachers in General Practice/Family Medicine*) e representa uma excelente oportunidade para profissionais que desejam aperfeiçoar as suas competências como educadores em Medicina, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e, consequentemente, da prática clínica. Esta iniciativa, que decorreu durante três dias, reuniu 23 formandos de diversas especialidades (Medicina Geral e Familiar, gastroenterologia, pneumologia, anestesiologia e psiquiatria) oriundos de norte a sul do País continental.■





ACADEMIA OM

No âmbito do Projeto - ACADEMIA OM, divulgamos o presente formulário com o intuito de fazer um levantamento das necessidades formativas sentidas pelos médicos. O objetivo será delinear uma proposta de oferta formativa direcionada e vantajosa para todos. A participação de todos os médicos é fundamental.

Ajude-nos a corresponder às necessidades dos médicos respondendo a um breve inquérito:



Quando se descobriu o princípio da vacinação...

No âmbito da parceria entre a Ordem dos Médicos e a Fundação Casa Hermes – Skope / Museu de Medicina e Saúde, a MD Centro dá a conhecer, em cada edição, algumas das peças mais relevantes do acervo deste museu. Nesta edição, o destaque recai sobre as vacinas.

A tentativa de erradicação da varíola fez nascer a vacinação, graças ao contributo do médico Edward Jenner (1749-1823) que descobriu uma forma mais segura de imunização daquela doença.

Ele é considerado o pioneiro da vacinação moderna, pois em 1796, ao demonstrar que a inoculação com o vírus da varíola bovina conferia proteção contra a varíola humana, lançou as bases científicas da vacinação, um dos mais importantes avanços da história da Medicina e da Saúde Pública.

Na coleção deste museu poderemos ver um set em metal de vacinas antivariolísticas, datadas do século XX, provenientes do Instituto Vacínico do Porto.

Recorde-se que o Museu de Medicina e Saúde – Fundação Casa Hermes, também conhecido como Museu Hermes Castanhas, preserva e divulga um acervo singular dedicado à história da Medicina e da Saúde Pública em Portugal.

Instalado em Aveiro, o museu reúne instrumentos, documentos e testemunhos científicos que ilustram a evolução do conhecimento médico e das práticas de Saúde ao longo do tempo. Nesta fase mais recente, engloba também algumas áreas didáticas com recurso a conteúdos multimédia.

O museu fica na Rua João Gonçalves Neto nº 46 em Aradas (Aveiro). ■



O Conselho Disciplinar Regional do Centro



Lèlita Santos
MD, PhD, FEFIM, FACP (hon.)

Assistente Hospitalar Graduada Sênior de Medicina Interna, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Medicina da UC, Presidente do Conselho Disciplinar Regional do Centro da OM

O Conselho Nacional de Disciplina da Ordem dos Médicos (OM) é um órgão independente cujas funções se enquadram na supervisão do exercício disciplinar da medicina. Tem como principais competências, uniformizar a atuação dos conselhos disciplinares regionais e decidir sobre recursos interpostos das decisões destes conselhos e sobre processos especiais.

A integração no Conselho Nacional e, por consequência, também nos Conselhos Regionais, de personalidades não médicas, foi uma das propostas bastante controversas e discutidas pelos Médicos aquando da proposta de revisão dos Estatutos das ordens profissionais, nomeadamente, da Ordem dos Médicos. A discussão e as

dúvidas ainda se mantêm, pois, os Conselhos Disciplinares sempre foram reconhecidos, ao longo da História da OM, como entidades autorregulatórias da profissão, com decisões totalmente transparentes, independentes e não corporativistas, pelo que nunca foi compreendida esta proposta e a sua posterior aprovação.

Em janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 2 (já revista e alterada em março de 2023), que institui o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, o que condicionou a revisão, para adequação à lei, do Estatuto da Ordem dos Médicos, que foi, então, publicado na Lei n.º 117/2015 de 31 de agosto, também já atualizada na Lei n.º 9/2024, de 19 de janeiro. Posteriormente à lei de 2015, foi produzido o Regulamento Disciplinar nº 631/2016, publicado em Diário da República 2ª série, nº 130 de 8 de julho. De notar que a maioria dos Regulamentos da OM se encontram em processo de revisão com o objetivo de os adaptar ao enquadramento normativo recente.

Os conselhos disciplinares regionais são constituídos por um membro por cada 1500 médicos inscritos na respetiva região, dos quais, no mínimo um terço, são personalidades de reconhecido mérito com conhecimentos e experiência relevantes para a atividade médica, não inscritos na Ordem.

O Conselho Disciplinar Regional do Centro é um dos 3 órgãos regionais e é constituído por 7

membros efetivos dos quais 2 são não médicos.

O atual conselho disciplinar regional tomou posse em julho de 2025, mas é importante fazer o ponto de situação da atividade do conselho, analisando o balanço que foi feito no final do ano de 2025. Foram contabilizados, desde 2018, 238 processos ainda pendentes, dos quais 70 são processos disciplinares e os restantes, ou processos com proposta para arquivamento liminar ou para averiguação.

Na realidade, são registados anualmente mais de 200 entradas de novos processos. Os processos sofrem todos uma triagem e uma abordagem inicial de averiguação dos factos, o que muitas vezes é moroso e demorado pois, por exemplo, é necessário pedir ao participante autorização para consulta do seu processo clínico, é preciso fazer a identificação adequada dos participantes e é sempre também fundamental contactar o visado pois pode querer fazer uma exposição inicial a propósito dos factos relatados na participação.

Nos casos de ser instaurado processo disciplinar, este é distribuído a um dos membros médicos relatores. Este processo é sempre moroso e demorado, ainda mais se for necessário pedir parecer para o Colégio da respetiva especialidade ou aguardar informações da instituição de saúde onde as circunstâncias ocorreram.

Os membros do conselho disciplinar estão cientes dos seus deveres e da missão nobre que empreenderam e os médicos têm real consciência do trabalho e da responsabilidade acrescidos que lhes são exigidos pelos seus pares que os elegeram, mas, o facto de atualmente serem apenas 5 os médicos relatores, dificulta ainda mais a

operacionalização do Conselho Disciplinar Regional. Note-se que estes médicos mantêm, evidentemente, a sua atividade clínica, retirando tempo aos seus afazeres pessoais para as reuniões periódicas e para a leitura e o estudo dos casos que lhes são apresentados.

Todos estes processos, nomeadamente, de triagem das participações e de análise dos contextos jurídicos dos processos, têm o suporte de 2 juristas que dão um aconselhamento técnico consistente e imprescindível na sua área de competência.

A grande maioria das participações apresentadas relacionam-se com questões de falta de comunicação e de relação médico-doente ou entre médicos. Claro que participações de má prática e de negligência são também motivos de processos em curso.

As condições adversas em que muitos médicos exercem a sua atividade clínica condiciona, por vezes, situações de grande pressão e instabilidade emocional. O cansaço e a sobrecarga de trabalho numa profissão com grande responsabilidade em que é necessário tomar constantemente decisões, em cenários complicados, pode não só conduzir a ações precipitadas, mas, também, a situações de conflitos desnecessários e evitáveis. No caso vertente, são estas situações que podem levar a participações para o conselho disciplinar. Como médicos, é importante mantermos, para além da atualização científica permanente, a nossa postura profissional e desenvolver, continuamente, técnicas de comunicação com habilidades pessoais, sociais e emocionais que nos ajudem no dia-a-dia profissional. ■

Não sei se isto é humor... ou se é amor!

Sei que é. Foi.



Recentemente, á saída de um supermercado da cidade, abeirou-se de mim um cavalheiro bem aparentado para uns quarenta e poucos anos de idade que delicadamente me questionou:

«Dra. Teresa Sousa Fernandes?»

Eu própria, respondi.

«Impossível reconhecer-me, já passaram tantos anos! Recebeu-me neste mundo, nesta cidade, na cabine de um camião que transportou a minha mãe, que pedia socorro na estrada, junto da nossa casa e o condutor socorreu. Chamava-se Simão segundo ouvi sempre contarem, não conheci, tive pena.

Posso abraçá-la, um abraço apertadinho como a minha mãe sempre me recomendou, em memória dela que já cá não está?»

Pode, sem dúvidas. Lembro-me dessa cena, em tempos idos, no aflorar de casos de SIDA no país... estávamos numa reunião de serviço da Maternidade Daniel de Matosa a reaprender os cuidados obrigatórios que deveríamos ter com todos nós, pessoal da saúde e nossos utentes, quando fomos advertidos pelo barulho ensurdecador da buzina de um camião mais estridente que a sirene das ambulâncias dos bombeiros que me fez sair da reunião para acudir á desgraça que se vinha anunciando.

Fui a primeira chegar, as enfermeiras da urgência já tinham o material de partos a postos, a porta da cabine do camião aberta e os berros estridentes dum tal Simão que barafustava por

ter a cabine um nojo, cheia de fezes, de urina, de sangue. Subi á cabine e só tive tempo de o aparar a si no meio de tanta confusão, cortar o cordão umbilical entregando-o ao cuidado das enfermeiras para o reanimarem. Sosseguei a sua mãe, estava tudo bem, sosseguei o condutor do camião, a limpeza ia ser feita, saltei para o estacionamento, corri para um banho demorado porque estava mais porca que o camião. Foi o que fiz.

Quando fui conhecer o bebé já reanimado, limpo, ainda não tinha nome definido.

Já agora como se chama?

«Simão».

Foi um prazer conhecê-lo...a sua mãe deve estar contente se onde estiver tiver visto esta nossa felicidade, este nosso encontro.

«Foi um prazer. Ganhei um euro milhões!»

Ainda hoje sinto aquele abraço apertadinho

Em tempo de guerra não se limpam armas ■

Teresa de Sousa Fernandes
Médica obstetra e fundadora da Sociedade Portuguesa de Contracepção

A autora escreve ao abrigo do anterior AO.

MD Benefícios

APOIO / CUIDADOS DOMICILIÁRIOS

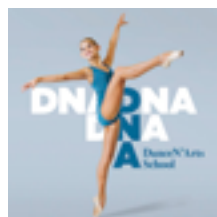


Interdomicílio
www.interdomicilio.pt

ARTES



Academia de Música de Coimbra
www.academiademusica.net/



DNA – Dance N’ Arts School
www.dnaschool.pt



Fado ao Centro
www.fadoaocentro.com/



Teatrão
www.oteatrao.com

BANCOS



Banco de Investimento Global – BIG
www.big.pt

CONCESSIONÁRIOS E SERVIÇOS AUTO



AVIS
www.avis.com.pt



Turiscar
www.turiscar.pt

CUIDADOS PESSOAIS



Ilídio Design Cabeleireiros
www.ilidiodesign.pt



MALO CLINIC
www.maloclinics.com/malo-clinic

EDITORAS E LIVRARIAS



LIDEL
www.lidel.com

EDUCAÇÃO



Alliance Française
www.alliancefr.pt



Cambridge School
www.cambridge.pt



Coimbra Business School
www.iscac.pt



Colégio Novo de Coimbra
colegionovodecoimbra.pt



NOBOX
www.academia.nobox.pt/link/Ug5df7/
SRCOM?url=https%3A%2F%2Facademia.nobox.pt



PRADEQ – Associação de Educação Médica



St. Paul's School
www.stpauls.pt

MD Benefícios

GINÁSIOS



Faculdades do Corpo
www.faculdadesdocorpo.com



Generation FIT Center
www.generationfitcenter.pt



Phive – Health & Fitness Centers
www.phive.pt

HOTÉIS



Aqua Village Health Resort & SPA
www.aquavillage.pt/



Avenida Boutique Hotel
www.avenidaboutiquehotel.pt/PT/



Be Live Hotels
www.belivehotels.com



Belver Hotels & Resorts
www.belverhotels.com

MD Benefícios



Casa da Nora
www.casadanora.com/



Casa São Bento Lofts & Suites
www.casadesaobento.com/



Casas da Vidigueira
www.casasdavidigueira.pt



Conimbriga Hotel do Paço
www.conimbrigahoteldopaco.pt



Continental Hotels
www.continentalhotels.eu/



Duecitânia Design Hotel
www.duecitania.pt



Eurosol Hotels
www.eurosol.pt/



Fátima Hotels
www.fatima-hotels.com



Barceló Hotel Group
www.barcelo.com/pt-pt/



HIGHGATE
www.highgate.com/



Hotéis Alexandre de Almeida
www.almeidahotels.pt



Hotel 3K Porto Aeroporto
www.hotel3kporto.com/pt/



Hotel 3K Barcelona
www.hotel3kbarcelona.pt/



Hotel Coimbra Aeminium, AFFILIATED BY MELIÁ
www.melia.com/pt/hoteis/portugal/coimbra/hotel-coimbra-aeminium-by-melia



Hotel D. Luís
www.hoteldluis.pt



Hotel IBN Arrik 4 ****
www.ibn-arrik.pt



Hotel Ílhavo Plaza & Spa
www.hotelilhavoplaza.com



Hotel Jardim
www.hoteljardim.pt



Hotel Solar do Rebolo
www.solardorebolo.pt



Hoti Hotels
www.hotihoteis.com/pt-pt



Josefa D'Obidos Hotel
www.josefadowidoshotel.com/

MD Benefícios



JUST STAY HOTELS, S.A
www.stayhotels.pt/



Lumen Hotel
www.lumenhotel.pt



Luna Hotels & Resorts
www.lunahoteis.com



NEYA Hotels
www.neyahotels.com



ORYZA Guest House & Suites
www.facebook.com/OryzaGuestHouse



Pedras da Rainha
www.pedrasdarainha.com/



Pedras d'el Rei
www.pedrasdelrei.com/

MD Benefícios



PEDRAS SALGADAS SPA & NATURE PARK
www.pedrassalgadaspark.com/pt/



Pestana Hotels & Resorts
www.pestana.com



Pousada de Marvão
www.pousadamarvao.com



QUINTA das ARCAS

Quinta das Arcas
www.quintadasarcas.com



QUINTA DAS LÁGRIMAS
SINCE 1326

Hotel Quinta das Lágrimas
www.quintadaslagrimas.pt



Savoy Signature
www.savoysignature.com



Unlock Boutique Hotels
www.unlockhotels.com



VIDAGO PALACE
www.vidagopalace.com/pt/



Vila Galé Collection Figueira da Foz
www.vilagale.com



Vila Galé Collection Tomar
www.vilagale.com

SEGUROS



Ageas
www.ageas.pt

SERVIÇOS DIVERSOS



360imprimir
www.360imprimir.pt



ALL DRESSCODE
www.alldresscode.pt



Ana Aguiar - Atelier de Decoração
www.atelieranaaguiar.pt/



Carolina Antunes - Gerontóloga
www.gerontologacarolinantunes.com/



Consulmed - Associação Nacional de Resolução de Conflitos
www.consulmed.pt



Safetronic
www.safetronic.pt/



Sigmund - Centro de Psicologia e Desenvolvimento Humano
www.sigmund.pt



SolumVet Clínica Veterinária
www.cvetsum.pt/



Temperatura Ana Sousa
www.temperaturaanasousa.com

MD Benefícios

TURISMO



Bestravel Coimbra
www.bestravel.pt



CP
www.cp.pt



Viagens Estádio - ISD TRAVEL
www.isdtravel.pt

Mais informações:

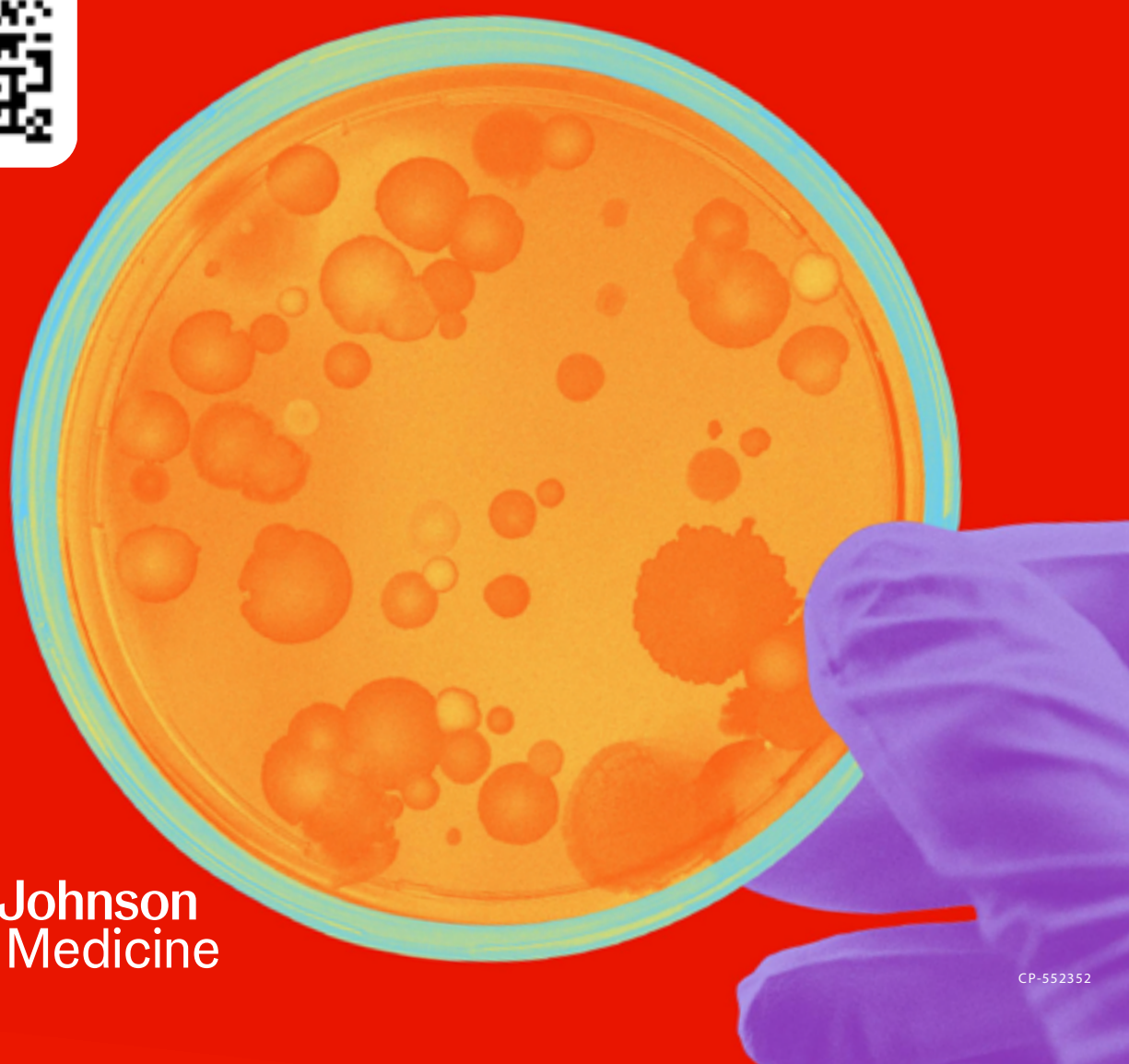


J&J

Medical Cloud

A informação que precisa
à **distância de um clique**

Exclusivo para profissionais de saúde



Johnson & Johnson
Innovative Medicine

CP-552352

Avenida Dom Afonso Henriques, nº 39
3000-011 Coimbra
T. 239 792 920
www.omcentro.com
omcentro@omcentro.com

 /seccaocentroordemdemedicos
 /ordemdosmedicos_srcom/
 /OM_SRC
 /SRCOMCOIMBRA